



ACTA N.º 2/2008

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 29 DE ABRIL DE 2008

Aos vinte e nove dias do mês de Abril, de dois mil e oito, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados: Felisberto Ferreira Gonçalves, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória e Walter José Miranda dos Santos. O senhor deputado Filipe Vieira foi substituído pelo senhor Firmino Fonseca, o senhor deputado José Manuel Silva foi substituído pelo senhor António Fernandes, o senhor deputado Carlos André que foi substituído pelo senhor Manuel da Conceição Batista, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, Lino Pereira, que foi substituído pelo senhor Joaquim Pinheiro, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, Rui Silva, que foi substituído pelo senhor José Guedes.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente Isabel Damasceno Campos e os senhores vereadores: Raul Castro, Vítor Lourenço, Fernando Carvalho, Lucinda Caleira, Neusa Magalhães, Carlos Martins e Eng.^a Isabel Gonçalves. O senhor vereador António Ferreira não compareceu à sessão.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados: Paulo Reis e Cristina Branco, respectivamente 1.º e 2.º secretários da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.



2. **RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE 2007** – Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
3. **RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE 2007** – Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
4. **ENTRADAS LIVRES NO CASTELO E TORRE DE MENAGEM – ISENÇÃO DE TAXA DE ENTRADA EM DIAS COMEMORATIVOS RECTROACTIVA AO DIA 18 DE ABRIL (DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS)** – Apreciação, discussão e votação;
5. **ENTRADAS LIVRES NO CASTELO E TORRE DE MENAGEM – ISENÇÃO DE TAXA DE ENTRADA EM DIAS COMEMORATIVOS** – Apreciação, discussão e votação;
6. **ALTERAÇÃO DO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES** – Apreciação, discussão e votação;
7. **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA** – Apreciação, discussão e votação;
8. **CORRECÇÃO AO TRAÇADO DA RUA D. ÁLVARO ABRANCHES DE NORONHA, RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 180/06, DE 6 DE SETEMBRO** – Apreciação, discussão e votação;





ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos!

Vamos dar início à nossa sessão.

Começo por cumprimentar os restantes membros da Mesa, cumprimentar a senhora Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores Deputados, os elementos da Comunicação Social e os cidadãos do Município de Leiria que hoje aqui se encontram presentes, bem-vindos a esta Assembleia.

É uma Assembleia que pode ter conteúdo para ser longa, espero que todos aproveitem a oportunidade para discutir os problemas da nossa terra, mas que a usem com parcimónia, ou seja, com alguma preocupação no sentido de não perdermos muito tempo.

Eu começava por dar conhecimento de cinco pedidos de escusa por ausência com substituição, sem nenhuma ordem específica:

Um pedido do senhor Lino Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, que é substituído pelo Tesoureiro da Junta, o senhor Joaquim Pinheiro, do senhor deputado José Manuel Silva, que é substituído pelo senhor António Fernandes, do senhor deputado Carlos André que é substituído pelo senhor Manuel da Conceição Batista, do senhor Rui Silva, Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, que é substituído pelo Secretário da Junta, o senhor José Augusto Pinto Guedes, e do senhor deputado Filipe Vieira que é substituído pelo senhor Firmino Fonseca. Todos apresentaram razões válidas que justificam a sua ausência, pelo que, as faltas consideram-se relevadas.

Eu tinha aqui uma nota para me lembrar, julgo que estão aqui alunos da Escola Secundária Domingos Sequeira, os quais manifestaram interesse em estar aqui. Cumprimento-os em especial. É sempre agradável ter grupos específicos a assistir aos trabalhos da Assembleia.

Vamos então iniciar a nossa sessão com o período de “antes da ordem do dia” e para o começar, vamos apreciar a acta da última sessão, do dia 28 de Fevereiro, realizada nas Colmeias, e cujo documento foi distribuído a todos os senhores deputados via correio electrónico. Penso que todos receberam, se houver alguém que não tenha recebido poderá manifestá-lo.



Assim sendo, pergunto se há alterações, sugestões, comentários ao teor da acta? Não havendo, vamos passar à votação da acta da sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2008.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com três abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2008.

Como ficou determinado na última Assembleia, vamos iniciar este período pela apresentação da actividade da Leirisport, que vai ser conduzida pelo Dr. José Benzinho, Presidente do Conselho de Administração da Leirisport, EM. Os senhores deputados receberam já um CD com alguma informação sobre as contas, não vão ser discutidas, naturalmente que depois da apresentação poderá haver um tempo para esclarecimentos, não mais do que isso. Não há debate, há uma Comissão constituída pela Assembleia que eu penso que ainda não está nomeada, mas que peço aos líderes das diversas bancadas o favor de indicarem o respectivo elemento representativo, para esta Comissão poder funcionar.

Tem a palavra o Dr. José Benzinho.

DR. JOSÉ BENZINHO (LEIRISPORT)

Boa noite a todos!

Queria começar por agradecer esta oportunidade que concedem à Leirisport, para de uma forma mais ou menos gráfica e telegráfica, vos fazer uma apresentação da actividade que a empresa tem vindo a desenvolver, fundamentalmente centrada nos últimos cinco anos, sendo que, para alguns indicadores teremos informação para menos anos.

A informação que vos vou mostrar é, no essencial, toda ela recolhida a partir da informação pública disponível, e que está concentrada no CD que vos foi distribuído, e que obviamente terão oportunidade de consultar, depois e com mais tempo. Encontram aí todos os Relatórios e Contas desde 2002, todos os relatórios do governo societário desde que são feitos, sendo que há informação sobre esta matéria que consta do Relatórios e Contas, e, mais recentemente, os relatórios de sustentabilidade, que também temos vindo a produzir. Qualquer destes dois relatórios não são peças obrigatórias por lei, mas a administração entendeu oportuno fazê-lo e portanto, encontram aí toda essa informação.



Dizia então que vos ia mostrar esta informação basicamente de forma gráfica, apresentando um conjunto de indicadores que são normalmente considerados relevantes para a apreciação da actividade. Naturalmente não são únicos e não são necessariamente aqueles que permitem fazer outro tipo de análises.

Em qualquer das circunstâncias, o que procurámos foi identificar aqueles indicadores que de uma maneira geral temos vindo a apresentar, e que são considerados os mais pertinentes. Em primeiro lugar, um dos mais importantes é claramente o cash flow operacional.

Aliás, a importância e relevância deste indicador está publicamente reconhecida, nomeadamente na nova legislação publicada na semana passada, faz hoje oito dias, refiro-me à Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, através da qual são dadas orientações estratégicas destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado.

Esta legislação não se aplica à Leirisport e a empresas como esta, mas, no essencial, identifica indicadores importantes para medir a actividade das empresas ao nível da eficiência, da rentabilidade e também da capacidade de endividamento. O essencial da avaliação do desempenho, assenta no indicador cash flow operacional, que vem identificado como sendo o EBITDA. Ao longo desta apresentação sempre que falar do cash flow operacional ou do EBITDA estou a referir-me à mesma coisa.

Peço desculpa por naturalmente começar por aqui, mas admitindo que algumas pessoas possam ter alguma dificuldade ou eventualmente alguma divergência em relação à definição deste indicador, torna-se importante definir de que indicador é que se está a falar. Este indicador apura-se soma dos resultados operacionais as amortizações do imobilizado e às provisões do exercício. Se quiserem, é um excedente bruto de exploração, antes da política de amortizações e da política de provisões do exercício. E portanto este é basicamente o indicador que apresentarei para avaliar o desempenho da Leirisport no período de 2002 a 2007. A partir desta informação, é possível evidenciar se há, ou não, melhoria do desempenho e da sustentabilidade da empresa medindo a evolução através deste e outros indicadores que iremos vendo, sendo que naturalmente não terão todos a mesma definição.

A tendência de recuperação que está evidenciada ao nível do cash flow operacional, cujo pico mínimo foi em 2004 está a evidenciar a recuperação, a qual é também sustentada pela análise de outros indicadores, estes já influenciados pela política de amortizações e de provisões, como é o caso dos resultados operacionais.



Basicamente o que estou aqui a querer mostrar-vos, é a tendência com que estamos, olhando para a tendência que existe, tanto ao nível do resultado operacional, como do EBITDA. Repare-se, também que os resultados operacionais se estão a aproximar muito próximo do ponto zero, ou seja, de resultados nulos, e em 2007 aproximaram-se bastante, o que ajuda a mostrar a recuperação de que vos tenho vindo a falar.

Um outro indicador útil para analisar conjuntamente com estes dois e que mostra no essencial a mesma tendência, pese embora a pequena divergência em 2007, cuja explicação me referirei mais adiante, é o dos resultados líquidos. Quer os resultados operacionais quer os resultados líquidos, pelas razões que já aponte, são fortemente influenciados pela política de amortizações da empresa. Sendo a Leirisport uma empresa de capital intensivo tem um elevado imobilizado, o qual tem que ser amortizado ao longo do período de vida útil dos equipamentos, conduzindo, portanto, as elevadas amortizações do exercício que influenciam fortemente os resultados, quaisquer que eles sejam. Daí que, o indicador mais neutro para avaliar o desempenho da empresa deva ser o cash flow operacional, o qual é independente de maior ou menor investimento e desta ou aquela política de amortizações.

A divergência notada entre a evolução dos resultados operacionais e dos resultados líquidos dos exercícios explica-se, no essencial, pela componente resultado extraordinários e, também, pelo efeito dos resultados financeiros que estão aqui reflectidos. Aliás, podem ver a dimensão das amortizações do exercício, cujo impacto se nota, fundamentalmente, a partir de 2004, ou seja, após a concretização do Estádio.

Um outro aspecto que nos parece relevante e que gostaríamos de sublinhar, dedicando-lhe um pouco mais de tempo, tem a ver com o peso que as indemnizações compensatórias têm no total dos proveitos operacionais da empresa por um lado, e como é que tem sido o seu andamento em termos de volume, por outro lado.

Neste gráfico pode ver-se o valor das indemnizações compensatórias totais que a Câmara suporta para desenvolver um conjunto de actividades que solicita à Leirisport, versus o peso destas indemnizações compensatórias no total dos proveitos. Como podem constatar a tendência para a estabilização, apesar de 2006 para 2007 ter uma ligeira subida, apesar de a empresa não ter diminuído de actividade, antes pelo contrário. Aliás, a actividade da empresa nestes últimos dois



anos aumentou, também pela circunstância de gerirmos mais infra-estruturas, mais pavilhões neste caso concreto.

Em qualquer das circunstâncias, e isto é que me parece mais relevante, é olharmos para o peso das indemnizações compensatórias no total dos proveitos. Verificamos que a tendência de recuperação a que me referi inicialmente ao nível do cash flow operacional não está a ser suportada pelo lado das indemnizações compensatórias. Vemos que o peso relativo é decrescente, mantendo a tendência que já vinha de trás, rondando os 36/40% de indemnizações compensatórias sobre o total dos proveitos.

Analisemos, agora, o conteúdo das indemnizações compensatórias. Considerando a política desportiva que não é definida na Leirisport, como não tinha que ser, a autarquia define a vertente de intervenção da empresa, nomeadamente no que se refere à política social, existindo em contrapartida alguns mecanismos para compensar a sua actividade. Os contratos que temos e que geram indemnizações compensatórias referem-se a utilizações/acessos gratuitos ou quase gratuitos para uma série de utilizadores, sejam eles individuais ou colectivos, competindo à Câmara pagar o diferencial entre o preço real, considerando os custos de produção, e o preço social definido na Tabela de Preços constante de cada Regulamento.

Há, ainda, um outro conjunto de contratos que também tem algum interesse referir, trata-se dos contratos-programa, que são relativos a duas actividades: o Programa Viver Activo e o Programa Férias 100 Limites. Referem-se, o primeiro, à prestação de um serviço social aos utentes com mais de 55 anos e, o segundo, ao desenvolvimento de actividades na Praia do Pedrógão, sempre com valores previamente definidos e numa base anual.

Finalmente, temos celebrado contratos para suportarem as beneficiações efectuadas nas infra-estruturas desportivas e de lazer municipais. Trata-se, portanto, de efectuar investimentos em equipamentos que não figuram no nosso activo, em virtude de serem propriedade da Autarquia. Actualmente o peso destes contratos não é muito expressivo, por oposição do que ocorreu há dois anos como consequência da reestruturação profunda que se concretizou no Parque de Campismo do Pedrógão.

Retomando a análise da recuperação económico-financeira da Leirisport, centremo-nos, agora, na estrutura de custos da empresa. Uma das nossas preocupações a partir de Julho de 2005, e desde logo anunciada publicamente, foi a busca de uma estrutura de custos mais adequada à nossa realidade, assente na actividade que



temos efectivamente. A título de exemplo e ao nível de uma das principais rubricas de custos, os Fornecimentos e Serviços Externos, verifica-se uma redução dos custos em 2007 face ao ano anterior na ordem dos 21%. Como consequência das medidas tomadas desde então, estamos, agora, perante uma estrutura de custos bastante mais saudável e mais adaptada para a dimensão que a empresa tem. Com isto o que pretendo afirmar é que optámos por adequar o nível de custos a uma outra situação, evoluir no sentido de racionalizar os custos.

Em síntese, reduzimos não só os custos, mas também, o que é mais importante, provocámos uma alteração da estrutura. Temos, assim, uma empresa mais flexível, digamos mais ágil, pese embora, naturalmente, persistirem algumas dificuldades, mas que se procurarão ir corrigindo. Dito de outro modo, eliminámos as grandes gorduras, andando agora à procura das mais pequenas ou daquelas menos evidentes. Todavia, deste lado do problema, o trabalho principal está feito, sendo que a principal dificuldade, se calhar, não era fazer este trabalho, mas sim mantermo-nos neste rumo.

Uma outra forma de voltarmos a mostrar a tendência do efeito “estrutura de custos” é analisar a evolução da margem bruta, um indicador que se situa antes do cash flow operacional. Verificamos que a margem bruta tem sido sempre positiva, apesar de em alguns anos ser bem menos positiva do que aquilo que seria desejável. De qualquer das formas a tendência vista por este lado é também ela de recuperação, sendo desejável que se continue a evoluir neste sentido, em virtude de ser importante que a empresa tenha uma maior margem bruta e, conseqüentemente, um maior excedente bruto de exploração ou, se preferirem, de um maior cash flow operacional.

Analisemos, agora, os proveitos, em particular as vendas da empresa ou, se quiserem, o volume de negócios, incluindo as indemnizações compensatórias. Apesar da quebra registada em 2005, voltámos a recuperar, o nosso nível de proveitos operacionais, verificando-se que em 2007 atingiram o maior valor de sempre, nomeadamente ao obtido no ano de 2004, ano de referência por ter sido o ano do EURO.

Ainda ao nível do volume de negócios, importa realçar um outro aspecto que consideramos importante e que precisa de esforço continuado. Refiro-me à necessidade de aumentar o volume de negócios. Apesar do crescimento evidenciado, as nossas preocupações vão no sentido de acelerar a taxa de crescimento das



vendas, pese embora atravessarmos um período desfavorável em termos económicos.

Analiseemos, agora, alguns indicadores que explicitam a recuperação ao nível das diferentes infra-estruturas.

O cash flow operacional do Estádio apresenta, neste momento, valores positivos. O ano de 2006 foi já um ano de aproximação ao ponto crítico e o ano de 2007 evidencia a entrada da empresa na zona positiva.

Ao nível do Parque de Campismo a recuperação é bastante mais interessante, mesmo não olhando para o ano 2006 pela razão de que vos falava anteriormente e que estão associadas ao forte investimento efectuado e ao facto de apenas termos operado em Julho e Agosto. Recordo, entretanto, que o Parque de Campismo não sofria investimentos na infra-estrutura enterrada e noutros aspectos, desde a sua abertura.

Ao nível dos Pavilhões o resultado é negativo, em linha com o esperado. Registe-se que no caso das Colmeias e dos Pousos os números não são importantes se considerarmos que são ambos muito recentes. Portanto, independentemente das indemnizações compensatórias, regista-se um défice de exploração que não é muito significativo, mas não deixa de ser um défice.

Ao nível do Centro de Lançamentos, o ano de 2006 é o da transferência para a Leirisport, pelo que não pode ser considerado um período que pese decisivamente na análise. Contudo, regista-se que o Centro de Lançamentos se aproxima rapidamente de um resultado nulo. Em qualquer das circunstâncias, trata-se de uma infra-estrutura suportada quase em exclusivo pelas indemnizações compensatórias.

Por esta razão, já fizemos uma ou duas experiências visando mostrar que é possível fazer ali algumas actividades, nomeadamente eventos não desportivos, e assim, minorar esta dependência. Este tipo de ocupação deve, contudo, ser feito em função da ocupação e da actividade desportiva prevista e, portanto, só pode ser concretizada nos chamados períodos de não utilização, ou quando o Estádio está em condições de responder às necessidades para treinos de lançamentos.

Ao nível das Piscinas a situação é exactamente igual à dos pavilhões e do Centro de lançamentos, os resultados são normalmente negativos, com excepção das Piscinas de Leiria, devendo-se isto, fundamentalmente, à ocupação que tem por força das actividades do Programa Viver Activo.



Em síntese, mostrámos que todas as infra-estruturas têm um custo de operação, como não poderia deixar de ser, e que apesar do esforço que fazemos para ocupar as horas vagas (as que não são ocupadas pelos clubes, pelos atletas, etc.), não é fácil colocar tais horas no mercado por se situarem em períodos do dia cuja venda a outros clientes, sejam eles empresas ou utilizadores individuais, não é fácil. Todavia, também foi possível constatar que existem três infra-estruturas que tendencialmente devem apresentar resultados positivos: o Estádio, o Parque de Campismo e as Piscinas Municipais, sendo que no caso concreto das Piscinas Municipais de Leiria, isto só é possível com a ocupação feita pelo lado do Programa Viver Activo. Em consequência e se as decisões fossem tomadas sob a óptica da mera racionalidade económica, as outras infra-estruturas seriam para fechar. No entanto, essa não é a nossa missão e como sabemos qual são as orientações da Autarquia mantemo-las operacionais, até porque têm a componente proximidade das populações, prestando os serviços que nos são solicitados e a componente social.

Olhemos, agora, para uma outra face do papel da Leirisport. Refiro-me à contribuição que a Leirisport tem para a sociedade em geral e para a Economia, fundamentalmente para a economia local. Um bom indicador para medir isso é o Valor Acrescentado Bruto. Como podem constatar, o Valor Acrescentado Bruto de empresa tem sido sempre positivo, situando-se após a queda de 2005, na casa dos dois milhões setecentos e oitenta e oito.

Uma outra forma de medir tal contributo é olhar para o VAB por trabalhador. Analisando este indicador verificamos a mesma tendência do evidenciado anteriormente.

O caminho recuperação da Leirisport, como vos mostrei, tem sido feito com focagem na eficiência e na produtividade», enquadrando estas preocupações no triângulo da sustentabilidade, cujas vertentes são: o ambiente, as pessoas e a economia. Sobre estes tópicos, poderíamos, igualmente, apresentar-vos alguns indicadores, mas por escassez de tempo, solicitava-vos algum tempo para lerem os nossos relatórios, em particular o de Sustentabilidade, cuja apresentação temos vindo a fazer. Aí encontrarão referências a outros aspectos importantes na vida da empresa, em particular a nossa actividade no âmbito daquilo que poderemos designar por responsabilidade social e empresarial.

Em suma, preocupamo-nos com a vida interna da empresa, procurando ultrapassar as diversas dificuldades internas que vão surgindo, mas também com a envolvente



externa, prosseguindo a missão que nos foi atribuída, sendo socialmente responsáveis e promovendo o equilíbrio mais adequado.

Finalizo apresentando, agora, alguns outros números, a diferentes níveis, sobre a empresa.

Primeiro, a evolução do número de trabalhadores e à sua segmentação, tanto por sexo, como por afectação a infra-estruturas ou programas de actividades. Adicionalmente, algumas notas sobre o Viver Activo (programa que envolve cerca de mil e duzentas pessoas), sobre o Férias 100 Limites que se desenvolve no Pedrógão, e sobre o Programa Get Fitt. Uma nota para referir que este último programa não beneficia de indemnizações compensatórias, apresentando sustentabilidade própria e cuja actividade tem vindo a crescer bastante. Aliás, aproveitaria para informar que na última reunião do Conselho de Administração foram aprovados dois novos programas, destinados, um, ao público com mais de dezoito anos (Fitt Kid) e, outro, para senhoras, (Ladies Fitt), cujo arranque ocorrerá a curto prazo no Pavilhão dos Pousos.

Outros números sobre as utilizações da Pista de Atletismo, tanto por atletas, como quanto às utilizações informais ou sejam utilizadores não desportistas, e quanto ao Centro Nacional de Lançamentos. Ainda alguns números sobre o Parque de Campismo e sobre uma importante e crescente componente geradora de receitas, a utilização do Estádio para a realização de eventos corporativos institucionais e culturais, ou seja, actividades não desportivas. Sobre esta matéria, uma nota para os nossos clientes. Pertencem, principalmente, ao sector privado (cerca de 80%) e à indústria e aos serviços. Relativamente às principais áreas do Estádio que estão a ser utilizadas para acolher estas actividades, repare-se que é quase toda infra-estrutura, pese embora existir maior procura para o auditório, para as salas de reuniões situadas a Poente.

Em termos de jogos, registamos um crescimento do ano passado para este ano, ocasionado pela realização em Leiria, pela segunda vez, do jogo da Super Taça Cândido de Oliveira e de um jogo da Selecção principal.

Uma última nota para sublinhar que as nossas preocupações também passam pela satisfação da qualidade exigida pelos nossos clientes. Por isso, mostro-vos alguns números sobre as intervenções que efectuamos nas diferentes infra-estruturas, distinguindo a intervenção preventiva da correctiva, apostando principalmente na primeira para, deste modo, evitar os problemas.



Termino, dando conhecimento que, para além da abundante informação que encontram no CD, podem acompanhar a nossa actividade através do nosso site na Internet. Aliás, no contexto das nossas preocupações de prestação de contas a todos os interessados a Leirisport vai além do que habitual e legalmente é exigido. Assim, remetemos para a Câmara, por um lado, os Relatórios de Execução Orçamental, isto numa base trimestral, e, por outro lado, semestral e anualmente enviamos o Relatório e Contas, estes sujeitos à aprovação do accionista. Adicionalmente, disponibilizamos anualmente os Relatórios de governo Societário e de Sustentabilidade. Todos estes documentos constam, como já se referiu, no CD que foi distribuído. Para além desta obrigação informativa, estamos sempre disponíveis para vos dar outra informação que entendam útil, bem como para vos receber na empresa.

Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado Dr. Benzinho, por esta explicação.

Nós vamos abrir um pequeno período para esclarecimentos, não é bem um debate mas é para informações adicionais.

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

Boa noite, José Guedes, Secretário da Junta de Freguesia da Boa Vista.

Eu tinha uma série de perguntas para fazer mas perante esta avalanche de informação que foi aqui fornecida, não nos é possível debater com seriedade o problema. Além disso, como também não consta da ordem de trabalhos, acho que não vale a pena, e por o assunto ser tão sério, debater seja o que for. Por isso, eu peço a suspensão da análise da situação e que seja incluída na ordem de trabalhos da próxima sessão.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Foi dito no início que o senhor Dr. José Benzinho vinha prestar informação. Não era para debate, há uma Comissão que foi constituída pela Assembleia para discutir os problemas da Leirisport, e essa Comissão fará o seu trabalho em tempo útil.

Tem agora a palavra o senhor deputado Paulo Pedro.



DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Boa noite!

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Se fosse possível a informação, não conseguimos ver quando foi feita a apresentação, relativamente aos resultados de exploração do Parque de Campismo da praia do Pedrógão. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Dr. Benzinho deseja responder a esta questão? Faça favor!

DR. JOSÉ BENZINHO (LEIRISPORT)

Relativamente aos resultados, eu não tenho aqui à mão os números exactos, mas posso-lhe dizer que em 2007 foram positivos, em 2006 foram ligeiramente negativos, na casa dos cinquenta mil euros se não estou em erro, e em 2005 tinham sido positivos, relativamente baixos se quiser, são cerca de cem mil euros. Qualquer das formas são positivos em 2007 e 2005, e 2006 foram negativos pela razão que referi, de estar aberto menos dois meses.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Mais esclarecimentos ou pedidos de informação?

Se não há agradeço mais uma vez ao Dr. José Benzinho pela informação. Julgo que a informação pedida pelo senhor Presidente da Junta do Coimbrão poderá ser fornecida em qualquer altura? E está no CD? Com certeza, obrigado.

Continuando no período de "antes da ordem do dia", eu perguntava aos senhores deputados se têm algum assunto para debater ou alguma informação? Então estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o senhor deputado Pedro Faria.

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Boa noite!

Pedro Faria, PSD.

Em sessão anterior, esta Assembleia aprovou uma moção em que se protestava pelo desaparecimento da Região de Turismo Leiria/Fátima, nos novos projectos de organização do planeamento turístico nacional. É pois com grande satisfação, que



propomos que se vote aqui uma nova moção de agrado, pelo volte face entretanto ocorrido nesta matéria.

Moção

“ Considerando que a Região de Turismo Leiria/Fátima tem uma importância incontornável no Turismo nacional, com mais de 5 milhões de turistas nacionais e estrangeiros veiculados só através do turismo religioso.

Considerando que os concelhos que compõem a RTLF fazem parte integrante de uma lógica, a que a Rolland Berger chamou “O Colar de Pérolas”, em que o conjunto e diversidade da oferta, que passa por Mosteiros, Castelos, Grutas ou Praia, vem potenciar e enriquecer as várias opções dos Operadores Turísticos.

Considerando que era assim impensável desbaratar esta mais valia, não contemplando esta região como um Pólo, e dividindo o seu território por três Regiões de Turismo.

A Assembleia Municipal de Leiria, na sua sessão de 29 de Abril de 2008, regozija-se por o Primeiro-Ministro José Sócrates, em conformidade com as mensagens que a sociedade civil, Associação Nacional das Regiões de Turismo, Associação Nacional de Municípios Portugueses, empresários ligados ao sector, Conselho Empresarial do Nerlei, políticos e forças vivas em geral, das mais variadas formas lhe fizeram chegar, e culminando com uma reunião com autarcas da região, na sua visita a Leiria em 24 de Março em que, apercebendo-se da lacuna de que a Proposta enviada a promulgação do Presidente da República enfermava, prometeu que a iria rever, vindo a concretizar três dias depois a alteração a essa proposta de decreto-lei, contemplando a actual RTFL como um Pólo de Desenvolvimento Turístico autónomo e específico, englobado em Região de Turismo de maior dimensão.”

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Sendo uma moção será posta à votação depois.

A seguir tem a palavra o senhor deputado Manuel Carvalho.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia da Azoia)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.



Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, público presente, senhores jornalistas, a todos boa noite! Venho aqui apresentar uma moção, sobre a designada Variante da Batalha e o anúncio de ser construída com portagens. Pelo que, entendo não ser de todo conveniente.

Mocão

“ Considerando:

- Que há vários anos e por vários Governos, tem sido anunciada a construção da variante ao IC2, conhecida por Variante da Batalha;*
- Que nenhuma vez se ouviu falar na colocação de portagens na referida Variante;*
- Que o senhor Primeiro-Ministro, anunciou recentemente que esta obra iria ser executada a curto prazo;*
- Que nesse anúncio, foi referida, a implementação de portagens nesta Variante;*
- Que no actual troço do IC2, circulam mais de trinta mil veículos por dia, sendo uma percentagem significativa de veículos pesados, com impacto profundamente negativo, para a boa conservação do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha;*
- Que os pressupostos para a construção da Variante, assentam na urgente necessidade de desvio do intenso tráfego da zona frontal ao referido Mosteiro, classificado como Património da Humanidade e ao mesmo tempo na eliminação de pontos negros existentes no troço em causa do IC2;*
- Que a implementação em causa acarretará custos aos utentes, que tendo a alternativa do actual IC2, num curto troço com cerca de 11 km, optarão simplesmente por não utilizar a Variante, desvirtuando assim os objectivos que estão na base da construção;*
- Que a sua construção acarreta custos para o País, e particularmente para a Freguesia de Azoia, visto que o traçado aprovado para a construção da mesma, irá dividir esta freguesia, provocando os inevitáveis condicionalismos e dificuldades à mobilidade da sua população;*

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Abril de 2008 delibera, manifestar junto do Senhor Primeiro-Ministro, do senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do senhor Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas, uma posição de total desacordo quanto à implementação de portagens na Variante ao IC2, em virtude desta medida colidir frontalmente com os princípios subjacentes à sua construção, mantendo desta forma o trânsito,



especialmente o pesado, a passar junto ao Mosteiro, o qual continuará a causar-lhe os problemas dos quais padece.”

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora deputada Manuela Santos.

DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)

Boa noite a todos.

Manuela Santos, Partido Socialista.

Como quadro de referência estratégico nacional, pretende-se a qualificação dos portugueses, a promoção de níveis sustentados de desenvolvimento económico e de qualificação territorial, e ainda o aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. A sua prossecução poderá ser assegurada até 2013, com os fundos estruturais e do Fundo de Coesão, pela concretização de três grandes agendas operacionais temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção: o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

Num mundo cada vez mais globalizado e competitivo, as autoridades locais desempenham um papel decisivo na melhoria dos Municípios em todas as suas vertentes, devendo os Concelhos potenciar devidamente o actual quadro comunitário, dadas as mais-valias, incentivos, dele resultantes. Temos candidaturas que já fecharam, outras já aprovadas como os centros populares, outras a decorrer, e outras ainda por abrir.

Não podendo haver candidaturas casuísticas, sabido que de abordagens integradas resultam economias de escala que geram melhor planeamento e produzem resultados mais significativos, formulo a seguinte pergunta à senhora Presidente da Câmara:

No âmbito do QREN, qual a estratégia política da Câmara Municipal de Leiria, na apresentação das suas candidaturas, com vista ao desenvolvimento do nosso Concelho?

Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.



Tem agora a palavra a senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos.

Relativamente ao 25 de Abril nota positiva, para o facto de se ter rompido o ciclo PSD, relativamente à personagem convidada. Permita-nos pensar que aí o Bloco de Esquerda teve a sua cota parte de influência, ao referir-se a este facto em intervenções anteriores. O mais importante é que foi um passo em frente.

Sendo a Cultura um dos elementos essenciais para o desenvolvimento das populações, vimos alertar para o pouco que se tem feito. Pelo menos desde os anos oitenta, que a Câmara Municipal vem alimentando notícias sobre a criação de um museu e continuamos a ser das poucas cidades capitais de Distrito, sem um museu com o mínimo de dignidade e de importância, situação que certamente a todos envergonha. Até à data, ainda não foi concretizada uma instituição museológica que represente o património cultural e artístico da comunidade e sua história. Existem pequenos núcleos, que não possuem estrutura organizativa articulada, e se encontram com reduzida capacidade de integração na comunidade.

Destacam-se, neste aspecto, o Núcleo Museológico da Torre de Menagem do Castelo, o MIMO – Museu de Imagem e Movimento, o Museu Agro-Rural da Ortigosa e muito recentemente o denominado Museu do Moinho de Papel.

No passado, isto segundo os jornais, fracassaram os projectos do Museu Nacional da Imprensa, em Leiria, do Museu Joaquim Correia, que foi provavelmente por incúria da Câmara para a Marinha Grande.

A instalação de um Museu em Santo Agostinho encontra-se parado e com o edifício em elevado estado de degradação, situação idêntica à do Convento dos Capuchos e outros edifícios nobres da cidade que, devido a incêndios e outros males, deixaram a cidade mais pobre no seu património. Por outro lado, as estações arqueológicas até à data conhecidas encontram-se na sua maioria ao abandono e os seus espólios dispersos ou perdidos.

Falou-se na utilização do edifício do Banco de Portugal para um Museu de Arte Contemporânea, o que levaria à alteração do alçado de um dos edifícios mais emblemáticos da cidade, e ainda no que se refere ao Banco de Portugal, não percebemos porque motivo não se encontra classificado como imóvel de interesse concelhio. Aliás, como outros edifícios na zona urbana do Centro Histórico, onde têm



sido feitas intervenções fragmentadas e sem qualquer visão estratégica de recuperação conjunta.

Importa pois, que a Câmara dê a conhecer o que pensa fazer para a preservação das estações arqueológicas no Concelho (Quinta do Cónego, Achados da Maceira, do Arneiro, Colipo, etc.) e quando estará pronta a Carta Arqueológica Patrimonial do Concelho. Para quando a criação de uma instituição museológica que condigna ao serviço da comunidade e da cidade? Quais os planos de recuperação previstos para os principais edifícios patrimoniais da cidade? Pensa a Câmara adquirir o Convento dos Capuchos? E pensa recuperar ou não o Convento de Santo Agostinho?

Se sim, quando?

Qual o custo do investimento até agora feito em programas, projectos e recuperação dos edifícios no Núcleo do Moinho de Papel? E no Museu Agro-Rural da Ortigosa? E no MIMO quanto se gastou já e quanto nos vai custar? Pensa a Câmara preservar ou não o edifício do Banco de Portugal?

Possuindo a Diocese de Leiria um sólido património artístico que tem preservado, mas não possuindo instalações condignas, e sabendo que a parte significativa do espólio que foi da igreja, se encontra desde 1911 à carga do Museu de Leiria, esperemos que bem conservado, importava-nos saber se a Câmara pretende apoiar ou não, a criação de um Museu de Arte Sacra condigno da cidade de Leiria.

Aguardamos as respostas que nos possam dar, a fim de podermos avaliar com maior profundidade o interesse da Câmara em relação às problemáticas apresentadas e que são de enorme importância para a preservação do nosso infelizmente parco património artístico e imobiliário.

Finalmente para terminar, não podemos deixar passar em branco, a inacreditável fase final da última Assembleia Municipal realizada nas Colmeias, e que nos envergonhou a todos pelo que se passou. O abandono de deputados da Assembleia, já por si demonstrativo do pouco valor que lhe dão, deixando-a sem quórum, é ainda mais chocante se pensarmos que as mesmas se efectuem fora da Freguesia de Leiria precisamente para haver uma maior aproximação às populações do Concelho. Belo exemplo que lhes demos e que de modo algum a população das Colmeias o merecia.

Passo a ler a parte final da acta da mesma Assembleia:

“ Presidente da Mesa em exercício (Maria de Fátima Sismeiro)

O senhor deputado João Cunha tem esta moção, mas fui alertada que neste momento não temos quórum para poder validar a votação e portanto a moção terá



que ser retirada. Como não há quórum também não podemos continuar esta sessão, pelo que dou terminados os trabalhos.”

Comentários para quê!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora, o senhor Presidente da Junta da Bajouca, Hilário Estrada.

DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca)

Hilário Estrada, Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.

Senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, senhora Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Deputados, caros colegas de Junta, Comunicação Social e público aqui presente!

Esta intervenção é não só como Presidente de Junta mas também como representante desta Assembleia na Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, desta autarquia.

Na última Assembleia Municipal realizada na Freguesia de Colmeias, e que aqui aproveito para lhe dar os parabéns, por ter recebido mais uma Assembleia realizada fora de Leiria.

Veio aqui usar da palavra o senhor deputado Luís Pinto e ao qual eu tenho que lhe dar os parabéns pela sua intervenção, porque desde que faço parte desta Assembleia nunca tinha visto aqui um deputado municipal a pedir investimento público para uma Freguesia, como o senhor deputado o fez. É sem dúvida um grande apoio a todos os Presidentes de Junta, quero acreditar que conhece bem a Freguesia do Coimbrão, gostava que conhecesse também a Freguesia da Bajouca ou a de Monte Redondo, se é que não conhece, que são as três freguesias mais a Norte do Concelho e estamos mais longe da sede do Município. Não pondo sequer em causa aquilo que disse o meu colega do Coimbrão, que quem melhor que o Presidente da Junta para saber as necessidades da sua Freguesia.

Aproveito a oportunidade de estar aqui hoje, para lembrar e para recuar um bocadinho no tempo e lembrar os incêndios que deflagraram em algumas Freguesias do nosso Concelho, naquele terrível início de Agosto de 2005, e estará certamente ainda bem vivo na memória de todos, principalmente daqueles que viveram de perto com este drama. Não só aqui mas também noutros concelhos do nosso País.



Com cerca de 55% de área florestal do nosso Concelho, todos temos responsabilidades na sua preservação. Todos nós podemos e devemos contribuir para não voltarmos a ter mais nenhum ano tão dramático para a nossa floresta, como foi o de 2005. Com cerca de quatro mil quatrocentos e vinte e nove hectares de área ardida, são números que nos deixam a pensar como evitar este drama.

Nós Presidentes de Junta, e conhecendo as nossas freguesias como ninguém, podemos ter aqui um papel fundamental, conseguir sensibilizar as populações no sentido de limpar as suas propriedades, colaborando assim para uma diminuição significativa dos riscos de incêndio.

A Câmara Municipal é bem o exemplo destas preocupações, cortando matos, criando faixas de protecção em zonas que são da sua responsabilidade, e alertando sempre que é fundamental a prevenção, através do Gabinete Técnico Florestal, pronto a colaborar sempre que é solicitado.

O Leiria Alerta, é sem dúvida também uma mais-valia para o Concelho, a partir dos quatro postos de vigia que permite detectar o incêndio no momento da sua propagação, diminuindo assim o árduo trabalho dos bombeiros na extinção do mesmo, bem como, reduzir o número de área ardida. E destas preocupações partilha também o Governo, que através da Direcção Geral das Autarquias Locais, promoveu um programa de apoio a candidaturas para as Freguesias, em Julho último, tendo em vista a aquisição de alguns meios de primeira intervenção de combate a incêndios (um kit completo), a que todas as Juntas se puderam candidatar.

Congratulo-me ao saber que das vinte e nove Freguesias do Concelho, catorze foram contempladas com este equipamento. É sem dúvida uma maior responsabilidade para nós, mas é sem dúvida também uma grande ajuda, principalmente para aquelas freguesias que estão mais longe dos corpos de bombeiros e desta forma pode permitir uma intervenção mais rápida, desde que os meios disponíveis sejam bem articulados. Não vamos substituir os bombeiros, mas vamos colaborar em tudo aquilo que estiver ao nosso alcance. Mas com este equipamento que estiver na posse das freguesias outros problemas se levantam – a falta de transporte para este equipamento.

Vou só lembrar que destas catorze freguesias, três têm carro adequado a este equipamento. As restantes freguesias, têm carrinha de caixa aberta (tipo 3500), tractor ou pura e simplesmente algumas não têm qualquer veículo.



Com este cenário, tenho receio que algum kit de combate a incêndios não possa sair da cave da Junta ou de outro sítio qualquer, por falta de transporte. Mais uma vez, temos de ir bater à porta da senhora Presidente da Câmara a pedir ajuda. Entendo, que deveria ser também o Governo a apoiar com candidaturas a viaturas ou uma linha de crédito bonificado, porque só assim ficaria completo o apoio às Freguesias.

Sem algum apoio, torna-se quase impossível rentabilizar ao máximo os meios disponíveis, devido às dificuldades económicas que todos temos.

Deixo aqui também à senhora Presidente da Câmara, um pedido de especial atenção a este problema. Vamos dar as mãos em prol de uma causa que é de todos nós. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Vai agora usar da palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal!

Recebi e julgo que todos receberam o despacho de arquivamento do processo do gerador. E vou intervir sobre esta questão porque há aqui um conjunto de considerações que é necessário fazer e julgo que também alguma decisão a tomar, tendo em conta que, se eu percebi bem, o Ministério Público apenas apreciou digamos a situação dos dois eleitos que tinham relações com a Leirisport, a senhora Presidente e o respectivo vereador, e apreciou-os também só no quadro digamos do processo de apuramento das responsabilidades que hajam no contencioso administrativo.

Eu daquilo que já apreciei e para não estar aqui a tirar muito tempo, considero que a Comissão que propôs enviar ao Ministério Público este processo, deve reunir para considerar se esta matéria tem ou não tem recurso, e se estamos de acordo com as abstenções do Ministério Público, e por outro lado é preciso também perceber melhor este despacho porque, ao mesmo tempo que se fez este apuramento da responsabilidades no âmbito do domínio do contencioso administrativo, também um inquérito penal. E diz aqui a certa altura " *como decorre do despacho intercalar ao ordenar a remessa de certidão ao Ministério Público com funções na área do inquérito*



penal nesta cidade..." por eventualmente ocorrer ilícito dessa natureza, eu gostava de saber senhor Presidente da Assembleia Municipal, se porventura foi remetido para aqui o tal despacho intercalar ou foi dado algum conhecimento desse mesmo despacho.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu não tenho conhecimento dele!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Então o que se passa é o seguinte:

Não fomos informados que há a decorrer esse processo, eu tirei daqui a conclusão que poderia eventualmente estar a ocorrer, daí que, a proposta que eu faço, é que, ainda nos próximos oito dias, a Comissão reúna, avalie digamos as condições do despacho, eu quero vos dizer que estou em desacordo com o Ministério Público, acerca das considerações avançadas, e também para ver como é que vamos desencadear todo este processo.

Quando se trata de uma iniciativa do próprio Município, julgo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal deveria solicitar à Câmara a presença dos juristas do Município para acompanhar esta Comissão, num parecer jurídico, em relação quer ao recurso quer em relação ao seguimento de todo o processo, porque eu por mim não estou satisfeito e julgo que a Comissão deve apreciar os termos colectivamente, tal como fez em relação ao resto, e ver juntamente com o responsável do Departamento Jurídico da Câmara, ou quem a Câmara entender, mas que tenha condições para poder defender o ponto de vista da Assembleia Municipal, e, marcarmos imediatamente essa reunião.

É uma proposta, se for preciso formalizo-a, se ficar só oralmente muito bem.

A outra questão tem a ver com a apresentação da Leirisport. Quando aqui cheguei estranhei, antes da ordem do dia, a Leirisport estivesse aqui a apresentar uma coisa que me pareceu pela acta da reunião anterior, que deveria ser matéria para tratar no âmbito de uma Comissão que foi constituída e que deveria ter funcionado há dois meses e continua sem funcionar. Mas isso não significa que não se levante um problema que está na praça pública e estranho muito que esta Assembleia fique no silêncio face a ela, ou pelo menos questionar a senhora Presidente da Câmara acerca desta matéria. Para mim, a gestão da Leirisport é um problema, e é um problema agora agravado. Já vinha anteriormente com a situação que acabei de expor, e agora



neste momento com a contratação de serviços dos ex-funcionários, que eram sócios do Presidente do Conselho de Administração, é de facto uma situação muito complicada. E portanto a senhora Presidente avaliou já a situação ao fim deste tempo todo? Já pensou o que é que vai fazer e que iniciativa vai tomar? A Câmara vai fazer o quê? Abrir um inquérito? Vai suspender a contratação, considera legal que dois ex-funcionários, a decorrer o processo? A senhora Presidente da Câmara hoje tem que dizer aqui o que é que pensa sobre esta matéria, porque penso também que esta Assembleia não pode deixar passar em claro sem uma decisão, seja em que sentido for, acerca disto. Para mim pessoalmente, por aquilo que veio a público, se for verdadeiro, aquela decisão que tomou a Administração da Leirisport é inaceitável, e a transparência da gestão está posta em causa com esta decisão. É a opinião que tenho.

Se porventura a informação que veio a público está errada, também julgo que as pessoas têm direito ao seu bom-nome e portanto têm direito à sua defesa, agora não se pode admitir que a Câmara não tenha uma opinião sobre qual é o caminho para apurar as responsabilidades, se houve informação privilegiada, se é legal o acto, se houve favorecimento pela proximidade das relações que existiam, inclusive eram sócios, e isso tem que ser apurado e já.

Espero que a senhora Presidente da Câmara seja clara a responder a estas questões, porque se não o for temos que tomar, eu pelo menos tomarei a minha iniciativa com uma proposta de moção, no sentido de uma iniciativa qualquer para apurar a situação.

O outro problema é o problema do turismo, trouxe-o aqui o senhor deputado do PSD, eu gostaria de dizer o seguinte:

Batemo-nos pela reconsideração do pólo da Região de Turismo Leiria/Fátima, mas há um problema que está posto em cima da mesa e que não é de menor importância. É que nós queremos o pólo de Turismo Leiria/Fátima, para a partir, digamos divisão da região, avançar com uma política de Turismo. Não queremos aqui uma delegaçõzinha do Poder Central. E passar em claro, digamos congratular-nos pelo facto de se manter mas não dizendo nada acerca do desvirtuamento da natureza da proposta da lei-quadro que traz, de facto houve uma alteração substancial, agora em relação ao problema das cinco regiões, ao problema do Instituto de Turismo que passa a dirigir toda a política nacional de turismo, isto tem que ser considerado



nessa proposta. Eu só posso dizer “congratulo-me, mas continuo preocupado com isto” de contrário não terá o meu voto.

Depois em relação às portagens acho que se deve prestar solidariedade em relação a esta luta, acho que a precisamos de a fazer, quer em relação à Batalha quer em relação ao IC36, e, em relação à senhora Presidente ainda, o problema das Águas do Mondego e a fusão com a Simlis.

Eu li no jornal, nunca vi aqui nenhuma informação sobre essa matéria, mas já se está a votar a fusão ou pelo menos propostas de estudo de fusão, quer da Simlis quer das Águas do Mondego. Eu julgo que já estamos muito escaldados com a Valorlis em relação a esta matéria, fomos aceitando um certo caminho e concretizaram esse caminho à revelia quer do Município de Leiria quer da própria Assembleia Municipal. Eu gostava de dizer que a água é uma competência municipal, a gestão da água é competência municipal. E portanto, é competência desta Assembleia decidir acerca dessa matéria, não é a Câmara. Não nos venham pôr aqui problemas, porque nem ao menos uma informação prévia senhora Presidente!

Bem, e quando nós sabemos que há projectos de privatização das águas, que há gente a pensar no negócio, que querem ganhar em economia de escala e quer ir trabalhando nesse sentido esta Assembleia e pelo menos nós, PCP, temos que acompanhar com algum cuidado a evolução de todo esse processo. Não acho bem que a Câmara vá avançando aceitando e apoiando, incentivando e até votando projectos de fusão ou de estudos de fusão sem dar cavaco aqui à Assembleia.

Eu acho que isso é inaceitável senhora Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu queria fazer dois esclarecimentos em relação aos dois primeiros pontos que levantou.

Em primeiro lugar há realmente uma Comissão que a Assembleia tem que eleger e essa a Comissão sendo emanada da Assembleia, tem todo o direito de pedir à Câmara o apoio jurídico que entender e a Câmara tem a obrigação de lho dar.

Em relação ao segundo aspecto, a questão da Leirisport, aquilo que aconteceu foi que, na sequência daquilo que foi decidido na última sessão, foi pedido um espaço de tempo, sendo um assunto de grande importância para o Município, para que o Presidente do Conselho de Administração da Leirisport apresentasse aos deputados informação sobre as actividades da Leirisport. Naturalmente que também aí há uma



Comissão que deverá fazer o seu trabalho tal como foi encarregada pela Assembleia, e depois é nessa sede que a primeira discussão deve ser feita e eventualmente essa Comissão trará à Assembleia Municipal as suas conclusões e poderá então ser debatido. Parecia prematuro incluir tal discussão agora na agenda de trabalhos desta Assembleia. Os outros esclarecimentos que pediu à senhora Presidente, depois no fim das intervenções, ela terá oportunidade de o fazer.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Cunha, Presidente de Junta da Barreira.

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

Boa noite!

José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, eleito pelas listas do Partido Socialista.

Senhor Presidente, senhoras Secretárias, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros Deputados, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores!

Vou abordar rapidamente dois assuntos, um relacionado com a forma de distribuição da documentação e da informação a esta Assembleia, e desde já agradeço ao Dr. Benzinho por ter trazido a esta Assembleia um pequeno exemplo, porque estão aqui carregados seguramente centenas de quilos de papel e informação que não é necessário andarmos com ela debaixo do braço como voltámos a fazer.

O segundo tem a ver com a descentralização da Assembleia Municipal e a sua relação com os cidadãos.

Faz agora um ano que apresentei uma proposta para alterar a forma de distribuição aos membros da Assembleia da documentação necessária, nomeadamente daquelas em que se discutem as contas do Município, como é hoje o caso, e que envolve realmente muita documentação. Acolhi com apreço e entusiasmo o conselho do senhor Presidente, que consultasse deputados de outros partidos com assento na Assembleia, o que fiz e dos quais recolhi a sua opinião. Em Dezembro tive também uma pequena reunião com o senhor Francisco Figueiredo, do gabinete da Presidência, e com o 1º secretário, deputado Paulo Reis, em que estudámos uma proposta que me parece bastante enriquecedora e que vai para além daquilo que eu tinha sugerido. É uma proposta que apela à modernidade, à inovação, e que seguramente irá melhorar os trabalhos desta Assembleia.

Fiquei na expectativa que a proposta fosse submetida à Assembleia para discussão e votação, o que lamentavelmente ainda não aconteceu. Digo lamentavelmente porque



a distribuição voltou a ser feita por mão, na segunda e na quarta-feira, enfim, recursos atirados à rua por duas vezes, evidenciando uma clara falta de organização e de planeamento dos serviços camarários.

Senhor Presidente, não vou enunciar novamente as vantagens de alteração deste procedimento, creio no entanto ser premente e benéfico a retoma deste assunto, numa perspectiva de melhoria contínua em poupança de recursos económicos e humanos e ambientais.

Esta minha intervenção pode parecer fútil e mensurabilista dada a insignificância para o Município dos custos com eles envolvidos, são custos insignificantes, imperceptíveis no Orçamento, mas que não tenho dúvida que a poupança desta pequena despesa somada a tantas outras que também se desvalorizam, dariam para implementar outras medidas ou acções, que poderiam melhorar a qualidade de vida dos leirienses no seu dia-a-dia e no seu futuro.

Discutida e aprovada a proposta era um sinal positivo que dávamos à comunidade leiriense, que os assuntos abordados nas Assembleias são devidamente tratados, não caem no esquecimento e que nós, membros desta Assembleia, nos preocupamos com a redução das despesas públicas para o qual somos todos chamados a contribuir.

A crescente utilização das tecnologias de informação como hoje aqui vimos, torna mais fácil a transmissão e a partilha de informação, sendo também uma forma de aproximação aos cidadãos. Neste âmbito, creio que era muito interessante, a exemplo daquilo que a Leirisport aqui fez hoje, enviar por e-mail os documentos relacionados com a actividade, orçamentos e contas do Município, às entidades com quem a Câmara se relaciona, sejam eles fornecedores, clientes, banca, associações, colectividades, escola, comunicação social, partidos políticos, mesmo aqueles que não têm assento nesta Assembleia. Só custa o tempo de um clique, e será um sinal de transparência, rigor, um incentivo à consulta que faculta aos receptores dessa informação, a sua análise possibilita o interesse e a participação de forma responsável no exercício da cidadania.

Senhor Presidente, subscrevo as palavras que Vexa proferiu nas comemorações do 25 de Abril, revejo-me nas ideias que apresentou especialmente no que toca ao envolvimento dos cidadãos na construção do futuro colectivo e quanto à sua participação na causa pública.



também gostei de sentir a determinação de Vexa em continuar a descentralizar as sessões da Assembleia Municipal pelas Freguesias. Já hoje aqui foi dito que isso é uma mais-valia para a própria Assembleia. Nesse âmbito, apresento a disponibilidade da Junta para a realização de uma Assembleia Municipal na Freguesia da Barreira. Será um pequeno contributo para a aproximação do poder político aos cidadãos. São acções destas que provocam e despertam as comunidades para se interessarem pelo bem comum, em detrimento do interesse individual ou da sua resignação. São estas atitudes que estimulam para que o agir individual possa ser pensado de forma global. É seguramente com esta aproximação, que se animam e cativam os jovens para o seu necessário envolvimento e intervenção na causa pública, em prejuízo do aparente absentismo e alheamento que infelizmente só agora preocupam os responsáveis.

Só com uma mudança de atitude se podem despertar e educar as crianças para a inter ajuda, respeito, participação solidária da comunidade, rompendo com a demissão e com a indiferença. Cabe-nos a todos, nós aqui presentes, políticos ou não, a responsabilidade deste ensejo, assim estejamos disponíveis para que essa oportunidade seja conseguida. Muito obrigado

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu senti a determinada altura as minhas orelhas a aquecerem um bocadinho, mas eu lembro que em relação à questão da documentação, eu próprio tentei organizar este grupo para estudar o assunto e depois disso não recebi mais nenhuma informação, e portanto não a podia distribuir. Diz-me aqui o deputado Paulo Reis, que neste momento se está a estudar a questão da logística (do software e do hardware) e eu suponho que a todo o momento receberemos essa informação. Eu gostaria de pelo menos recebê-la, também concordo, foi há um ano e há um ano que andamos a discutir. Vamos ver se este assunto é discutido na próxima Assembleia de Junho, para tomarmos uma decisão final sobre o assunto.

No que diz respeito à realização das Assembleias fora da Freguesia de Leiria, eu lembro que a ideia e o compromisso era de as levar às freguesias não urbanas.

A Freguesia da Barreira é uma freguesia urbana e portanto não mereceu uma prioridade. Mas eu tenho notado a sua insistência, nós certamente que iremos fazê-la nestes dois anos que nos faltam para terminar o nosso mandato. Em vez de fazermos uma fora fazemos duas, e sendo que esta é semi-urbana e fica perto, não



desvia muito, provavelmente iremos fazer lá uma ainda este ano e depois voltar a uma mais longe da Freguesia de Leiria. Fica registado, certamente que será contemplado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

Boa noite.

João Cunha, PSD.

Eu ao longo das diferentes sessões da Assembleia Municipal, de uma forma mais ou menos recorrente, vim aqui falar sobre a necessidade de ser concretizado com urgência o IC36, a ligação entre a A8 e a A1, e que se trata de uma via estruturante sob o ponto de vista local e que irá permitir aliviar digamos o casco urbano, de um tráfego que necessariamente não compete passar por dentro desse mesmo casco urbano.

É pois, posso dizer com alguma satisfação, que vejo que essa obra está para ser iniciada, o senhor Primeiro-Ministro veio a Leiria dar a indicação que tal iria acontecer, e quero congratular-me por isso.

No entanto também não deixar passar em claro, o anúncio de que possa haver portagens neste troço rodoviário, não deixa de nos preocupar e entendo que devo aqui manifestar a nossa discordância sobre esta matéria, no que respeita principalmente aos cidadãos da zona de Leiria, sendo certo que não somos contra, sob o ponto de vista técnico, a uma forma de portajar, a ligação entre a A8 e a A1, para os cidadãos que estão de passagem.

Portanto, o que importa e essa é a nota que queria deixar, é que importa salvaguardar os interesses locais, neste caso numa perspectiva de uma discriminação positiva, porque sob o ponto de vista económico há aqui uma sobreposição de dois perfis rodoviários, um perfil de auto-estrada com um perfil meramente regional, e portanto há que salvaguardar para que o impacto económico e rodoviário que esta infra-estrutura do IC36 tem na nossa cidade e na nossa região importa salvaguardar realmente esses aspectos para que o bem da nossa região seja acautelado. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.



DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)

Boa noite.

João Fonseca, Partido Socialista.

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Leiria, Secretários da Mesa, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, senhores Vereadores, caros colegas, Comunicação Social, público!

Foi com agrado que assistimos durante o mês de Março ao lançamento de algumas obras por parte do Governo, que há muito tinham sido idealizadas e prometidas para o distrito, mas que teimavam em não sair da gaveta. Felizmente o IC36, recentemente lançado em Leiria pelo Governo do PS, é agora uma realidade.

Esta obra irá certamente reforçar a nossa centralidade no contexto nacional e irá permitir ligar dois eixos de importância extrema para a região e para o País. Leiria ficará como poucas cidades, com acessos à A1, A8, A17 e a futura ligação entre a A1 e A8.

Por outro lado, esta obra irá consolidar a verdadeira circular externa de Leiria, permitindo o não atravessamento da cidade, diminuindo substancialmente alguns fluxos de trânsito. Irá resolver parte do constrangimento presente e sentido diariamente no IC2, com tráfego de automóveis que circulam entre auto-estradas, que se estima ser de dez mil viaturas aproximadamente. Contudo tal obra, veio trazer à discussão uma questão que nos preocupa, este traçado não poderá ser portajado. O Governo já alertou que para os automobilistas que circulam entre auto-estradas, o trajecto será pago, contudo, está a avaliar a hipótese do tráfego local que servirá Leiria não ter portagens. A exemplo disso, são as palavras do Ministro das Obras Públicas, Eng.º Mário Lino, aquando da apresentação da obra, passo a citar:

“São investimentos importantes nas várias vertentes, mas o IC36 e a variante da Batalha com perfil de auto-estrada irá ter portagem. Contudo estamos a analisar questões de pormenor para não prejudicar os residentes naquelas zonas” fim de citação.

Por outro lado, queremos também manifestar o nosso total apoio à Junta de Freguesia dos Pousos, que tem lutado como pôde para minimizar os impactos que uma obra desta envergadura irá provocar no seu ordenamento.

Termino, achando que as autarquias, quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia e o Governo, irão certamente encontrar a solução capaz de satisfazer os anseios dos leirienses e que o futuro IC36 será uma obra que trará mais



desenvolvimento a Leiria e capitalize novas oportunidades para a nossa região. Obrigado!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Cláudio de Jesus.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PPD/PSD)

Boa noite, Cláudio de Jesus, PSD.

Senhor Presidente, senhora Presidente da Câmara, senhores Secretários, senhores Vereadores, caros colegas, demais assistência e Comunicação Social.

Venho aqui por duas razões, que foram aqui apresentadas pelo deputado José Augusto Esteves.

Em primeiro lugar foi aqui referido que, e é sabido de todos, constituiu esta Assembleia uma Comissão para acompanhar o processo do gerador, a Comissão desenvolveu os seus trabalhos ao longo de vários meses, reuniu salvo o erro nove vezes, caso se não inédito anda lá perto, aqui no seio desta Assembleia, fez o seu papel diria eu, produziu um documento que foi aprovado por unanimidade entre todos os membros da Comissão e compunham a Comissão todos os membros dos partidos eleitos e representados nesta Assembleia, remeteu para as instâncias judiciais, e, aquilo que veio a lume e que nós tivemos conhecimento foi que, o processo teria sido arquivado no seio do Tribunal Administrativo. Ou seja, do ponto de vista administrativo nada foi encontrado, nenhum facto relevante que pudesse pôr em causa a honorabilidade ou actos de gestão praticados por gestores, administradores com pessoas com tutela sobre aquela empresa. Isso é um facto e está à vista de todos.

Por outro lado, o processo continua em julgado, tanto quanto julgo saber, o Ministério Público continua a averiguá-lo do ponto de vista criminal, penso que será a expressão. Até prova em contrário, nós teremos que aguardar pacientemente que os tribunais actuem, é para isso que servem, não me parece que seja esta Câmara que tenha competências para fazer recursos do que quer que seja, não me parece que o trabalho da Comissão tenha que ser reactivado, nesta altura, porque continua o processo a decorrer no Tribunal. Portanto este era um dos assuntos que aqui me trazia.



O outro tem a ver com algumas notícias que vieram a lume na Comunicação Social, sobre um eventual processo de fusão e sublinho “eventual processo de fusão”, entre as empresas Simlis e Águas do Mondego.

Eu vou ser muito breve porque este assunto está ainda numa fase muito embrionária, e por estar numa fase embrionária foram apresentados uns estudos preliminares nas assembleias-gerais das duas empresas, em Março, estudos esses que apontam para vantagens claras e inequívocas, nomeadamente para os Municípios do Lis, naquilo que mais nos importa, que é a tarifa a praticar por essas empresas para com os Municípios utilizadores. E dos Municípios do Lis aquele que mais vantagens terá, e não são vantagens visíveis no imediato são visíveis no médio e no longo prazo, seguramente estaremos a trabalhar para as próximas gerações, são inegáveis do ponto de vista do tarifário a praticar o Município, de todos desta região Centro Litoral, que mais tem a ganhar, é claramente o Município de Leiria.

Para já a única coisa que foi feita foi um estudo preliminar, ao qual os accionistas Municípios deram o aval e disseram prossiga-se com os estudos complementares, estudos esses mais fundamentados do ponto de vista da viabilidade mais económica ou financeira de uma eventual nova entidade a criar. Posto isso, os estudos estão a ser desenvolvidos, são apresentados a todos os Municípios, que os votarão, aprovarão ou não, e, posteriormente, virão às respectivas Assembleias Municipais para que todos os deputados se possam pronunciar sobre o seu teor.

Portanto, este é um ponto de situação possível nesta altura sobre esta matéria.

É tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Cumprimento a todos, boa noite.

Luís Pinto, Partido Socialista.

Em matéria de gerador eu não conheço o relatório. De qualquer forma, penso e alertava e sensibilizava o deputado Cláudio de Jesus, visto que também fiz parte dessa Comissão, que obviamente os trabalhos foram encerrados com aquele documento, mas penso que não se perde nada saber face ao relatório, se estão acautelados como sempre se deve fazer, os interesses do Município, e portanto os



recursos e tudo aquilo que possa ser feito existe para isso mesmo, para certificar. Eu não conheço, não sei se estou de acordo com a posição ou outra, mas penso que não podemos perder de vista, dizer que fizemos o nosso trabalho e pronto. Não, penso que o nosso trabalho é de permanente fiscalização e acompanhamento dos processos, o nosso mandato tem essa continuidade e portanto essa é uma nossa obrigação para com os munícipes, é saber se estamos em permanente defesa dos interesses do Município e do esclarecimento da verdade e é isso que nós devemos incessantemente procurar, e se tivermos que reunir novamente eu penso que haverá todo o interesse em que isso possa acontecer. Se o Presidente da Assembleia disponibilizou e reparei logo na senhora Presidente a acenar afirmativamente sobre o apoio do gabinete jurídico da autarquia, portanto devemos esgotar todas as possibilidades.

Em matéria de IC36, muito simplesmente para dizer que penso que há uma certa unanimidade, que não deve haver portagens, há aqui um papel que eu penso que o grupo do PSD pode fazer e nomeadamente temos entre o seu grupo também um deputado nacional, e é importante dizer que esta isenção de portagens que nós pedimos, vem muito em ordem daquilo que o Governo fez desde o início e nós em continuidade a isso e a defendermos os interesses das populações achamos que é justo que de facto não existam portagens.

Mas tem sido precisamente o PSD e nomeadamente a nível nacional, que mais tem castigado o Governo e que mais tem criticado utilizando a questão do utilizador/pagador, este slogan muito em vista. Era importante que o PSD viesse também a nível nacional a aprovar estas não portagens aqui em relação ao nosso troço.

A minha intervenção vinha sobretudo dirigida em relação de facto às notícias preocupantes que surgiram na Comunicação Social, em relação à Leirisport e em relação a um conjunto de dados de gestão. Naturalmente já muito aqui foi dito e várias perguntas foram feitas à senhora Presidente, aquilo que eu penso que é importante definir e a intervenção e o esclarecimento da senhora Presidente será muito importante, é como é que este assunto pode e deve ficar bem esclarecido.

Presumo e tendo o PSD a maioria desta Assembleia, era importante saber a opinião do PSD e naturalmente o executivo da Câmara, julgo que haveria toda a vantagem, até para defesa do bom-nome das pessoas que estão envolvidas, que houvesse uma Comissão da Assembleia Municipal, por ter a presença de todos os membros dos



diferentes partidos e portanto penso que isso se traduziria em maior transparência e porque, ao contrário até do que muitas vezes se anuncia, as nossas Comissões da Assembleia de uma maneira geral até funcionam, até produzem uns documentos e portanto penso que haveria toda a conveniência em podermos aqui eleger uma pequena Comissão, com a representação de todos os partidos, onde o assunto pudesse ficar bem esclarecido, para que não fique qualquer margem de dúvidas em relação ao assunto.

Portanto era esta proposta que deixava, hoje os vereadores do Partido Socialista também apresentaram um requerimento em sede de Município, mas penso que uma Comissão destas provavelmente e para além dos esclarecimentos que com certeza nos poderá dar, seria a melhor resposta que se poderia dar a este assunto. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu só queria esclarecer que em relação ao documento sobre o despacho de arquivamento do processo do gerador, eu tomei a decisão de o enviar uma cópia para cada bancada municipal, mas naturalmente que qualquer dos senhores deputados que queira ter acesso ao documento pode tê-lo como é evidente, basta contactar a funcionária dos serviços de apoio e ser-lhe-á enviado, a quem desejar.

Estávamos na tentativa de não andar a fotocopiar constantemente todos os documentos que cheguem, não é propriamente um documento curto e foi decidido assim, mas se preferirem que quando cheguem documentos deste género sejam distribuídos por todos, assim faremos.

A seguir tem a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite!

Era só uma breve pergunta dirigida à senhora Presidente da Câmara.

Faz agora um ano que na Assembleia Municipal que foi realizada em Monte Real, foi aprovada, penso que por maioria, uma proposta apresentada nessa circunstância por mim próprio, no sentido da publicação das alocações das sessões solenes do 25 de Abril, promovidas pela Câmara Municipal de Leiria. Decorrido um ano houve entretanto, outra sessão. Eu gostava de saber só o ponto de situação dessa questão. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora o uso da palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite, Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Boa noite senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros colegas, Imprensa, público.

Uma pequena nota em relação à questão do gerador e nada mais do que isso.

Na minha perspectiva a "Comissão" extinguiu-se ao produzir o relatório, pelo que, já não existe, pura e simplesmente. Não faz qualquer sentido sequer falar em Comissão. Ela produziu um relatório, esse relatório era o propósito para que ela foi constituída, e, a partir daí não existe mais.

Feneceu com esse acto.

Uma nota em relação ao senhor Presidente dessa Comissão, a que também me honra ter pertencido e dar aqui uma nota porque me parece que há aqui pessoas que não conhecem o teor do parecer.

O que o parecer diz é, muito simplesmente, o seguinte:

Na área em apreciação e apenas tentava apurar a possibilidade da existência de perda de mandatos em relação aos cargos políticos envolvidos na matéria. Duas situações ocorriam: a de vereador, Paulo Rabaça, ao tempo que, por o não ser já não pode nunca incorrer na pena de perda de mandato e em relação à senhora Presidente da Câmara, a situação não foi possível para o Tribunal, e face ao trabalho produzido, demonstrar que a senhora Presidente tivesse conhecimento do que se estava a passar no processo que conduziu à questão do gerador, pelo que, na ignorância, *in dubio pro reo*, creio que é assim que dizem os juristas que eu não sou, mas penso que a questão que se coloca é basicamente esta, ou seja, não tendo sido possível apurar que a senhora Presidente tivesse conhecimento, obviamente também não poderia incorrer na perda de mandato.

É evidente que poderiam existir um conjunto de dúvidas sobre algumas das considerações que lá aparecem, mas é de minha opinião que seria preferível e de maior rendimento ou rendibilidade para qualquer possível trabalho futuro desta Assembleia, que não da Comissão repito, deixar chegar o processo ao fim, ver o que é que acontece e então a partir daí a Assembleia analisar a questão e voltar, se assim entender, a pronunciar-se sobre a matéria. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Ainda sobre este assunto suponho, e é a última inscrição, temos que passar à ordem do dia, já ultrapassámos largamente o nosso tempo, o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Eu julgo que o deputado Cláudio não pode ser assim tão peremptório, ou seja, chegar aqui e dizer que não há recurso, não há direito a recurso.

A Câmara quando precisa, quando perante um processo acha que não está devidamente fundamentado e que a conclusão dos despachos seja do Ministério Público seja de quem for, não estão de acordo com os interesses da autarquia, não avalia a possibilidade da contestação e do recurso? Avalia! Porque é que a Assembleia Municipal não tem que avaliar?

Agora, eu queria dizer o seguinte:

Não é assim tão claro para os factos, que não haja nenhuma responsabilidade das pessoas envolvidas. Não é! Porque é que não é? Porque não apreciaram isso, porque aquilo que apreciaram foi o facto de um já não ser eleito, e portanto não tinha razão de ser estarem a apreciar a matéria de facto, e depois quando eu coloquei aqui o problema foi nestes termos, eu não conheço o despacho intercalar, nem o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Eu julgo que o senhor deputado conhece então melhor do que nós, e era isso que eu pretendia saber. É se aquele despacho continua um processo penal? Continua! E depois dar a possibilidade a quem acompanhou o processo, para trazer aqui a proposta, em relação à avaliação que o próprio Ministério Público fez, porque por ser Ministério Público, por ser uma magistratura, não é o Papa, não é infalível. E depois é o seguinte senhor deputado Cláudio, o senhor deputado Cláudio tem que se abster de vir aqui responder em nome da Valorlis, em nome da Simlis, como Presidente do Conselho de Administração como o tem feito, quando compete ali à senhora Presidente dar a resposta às questões dos deputados. O senhor não responde aos deputados. O senhor intervém na qualidade como todos os outros, em igualdade de circunstâncias com os outros deputados. A senhora Presidente dá a resposta e é à senhora Presidente que compete justificar a esta Assembleia porque é que assume compromissos que podem eventualmente condicionar decisões futuras e não tanto o senhor vir sistematicamente aqui como



Presidente do Conselho de Administração das empresas aonde participa o Município, a dar explicações. O senhor também tem que se abster dessa intervenção, porque não lhe fica bem!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu suponho que foi feita uma interpelação pessoal ao senhor deputado Cláudio de Jesus, de modo que vou-lhe dar a palavra. Depois vou dar a palavra à senhora Presidente da Câmara, foram-lhe feitas várias interrogações a que tem que responder naturalmente.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PPD/PSD)

Cláudio de Jesus, PSD.

Senhor deputado José Augusto Esteves, eu não gosto de ser condicionado no meu direito à opinião e à minha livre expressão. Eu não tenho culpa da actividade profissional que exerço. Primeiro disse aí inverdades, não trabalho na Valorlis e não sou Presidente do Conselho de Administração da Simlis. Não fui nem uma coisa nem outra. E quando intervim nessa matéria disse que estava a intervir abstendo-me do cargo que tinha desempenhado anteriormente, além disso não pode vir aqui condicionar-me de explicar às pessoas livremente, só porque na minha actividade profissional tenho alguns conhecimentos sobre matérias que aqui vêm ser ditas e que não são verdade. E portanto tentei esclarecer as pessoas. Foi apenas isso e mais nada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora a senhora Presidente da Câmara...

O senhor deputado deseja intervir sobre este assunto? Mas não foi interpelado...

Faça favor!

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

José Guedes, Junta de Freguesia da Boa Vista.

Eu queria agradecer ao senhor Presidente ter-me dado a palavra, apesar de já estar fora das inscrições, mas eu só pude ter oportunidade de intervir após as palavras também do senhor deputado Domingos Carvalho.



Eu não conheço o teor da decisão da Comissão, não pertenci à Comissão, e só agora venho a conhecer que a Comissão deixou de se pronunciar relativamente ao senhor vereador Paulo Rabaça, pelo facto de ter deixado de ser vereador...

Foi o que eu percebi! Mas se isso aconteceu é um erro da Comissão, porque efectivamente há muitos vereadores e muitos Presidentes de Câmara que perderam o mandato à posteriori, já depois de o terem deixado de ser. Se a Comissão não se pronunciou sobre esse facto cometeu um erro e urge resolvê-lo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não foi a Comissão, isto foi um despacho do Ministério Público...

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

Eu só estou a repetir as palavras do senhor deputado Domingos Carvalho!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado.

Senhora Presidente tem a palavra agora.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente e os senhores deputados. Queria fazer um cumprimento especial ao grupo de alunos da Escola Secundária Domingos Sequeira, que aqui veio assistir a esta Assembleia, ter uma lição de cidadania espero eu positiva. É o Prof. José Manuel que acompanha os alunos e que é também o coordenador daquele projecto de escolas que acabou de premiar e de considerar os nossos alunos da Domingos Sequeira, participantes neste projecto, como os melhores que ali participaram e ganhadores do prémio do Projecto Euro Escolas. Isto é muito gratificante para Leiria, muitos parabéns, já não é a primeira vez, o que ainda nos satisfaz mais.

Ora bem, eu vou tentar responder mais ou menos pela ordem que foram colocadas as questões, sendo que o primeiro assunto é o assunto QREN, que foi colocado pela senhora deputada Manuela Santos e é um tema importantíssimo.

O QREN é um quadro comunitário, que mudou de nome, que mudou radicalmente as regras de funcionamento, sabe-se lá porquê, que é uma coisa que nos intriga, nós tínhamos tido já três quadros comunitários de apoio, o seu funcionamento estava de certa maneira afinado, no terceiro quadro as coisas estavam já a correr sobre rodas,



e eis senão quando o Governo lembra-se de implementar um novo quadro comunitário de apoio com regras completamente diferentes. E o facto de implementar com regras completamente diferentes, com regulamentos novos, com estratégia diferente, veio implicar que o QREN entraria em funcionamento teórico no início de 2007, e estamos em meados de 2008 e foram aprovadas finalmente as primeiras candidaturas, tendo sido a sua apresentação e a sua abertura de uma forma desorganizada, reconhecida pelo próprio Governo. Estou à vontade para o dizer porque é o próprio Governo, nomeadamente o Ministério da tutela e a Secretaria de Estado que reconhecem isto. Ainda não conseguiram encarrilar o funcionamento do QREN, o que tem provocado aos agentes económicos e às autarquias, enfim, aos chamados beneficiários de acordo com as regras do QREN, incómodos e dificuldades de funcionamento evidentes. Nós temos um quadro comunitário altamente centralizado, é a grande diferença do QREN face aos anteriores quadros comunitários, as grandes verbas, os grandes financiamentos estão praticamente todos nos três PO's temáticos, que foram aí evidenciados pela senhora deputada Manuela Santos, ou seja, estes PO's temáticos são centralizados, são geridos pelo Governo, e a capacidade dos agentes lá poderem ir é muito diminuta. Só para dizer que o PO temático de valorização do território, que é aquele que tem um peso maior em termos financeiros, tem praticamente as verbas alocadas a dois projectos importantes, deixando muito pouco para os outros beneficiários, porque o PO temático de valorização do território tem o dinheiro quase todo para o Aeroporto e o TGV. O que fica depois são valores residuais para haver candidatura. Sendo certo que, mesmo a este PO temático de valorização do território, as candidaturas a nível dos Municípios são apenas residuais e com regras muito definidas, nomeadamente na área da Cultura, para equipamentos por exemplo nos Museus que pertençam à Rede Portuguesa de Museus. Portanto, fica só um nicho, um resquício muito pequeno, para nos podermos candidatar. E na área do saneamento com uma condição de verticalização dos sistemas ou do que quer que seja, só se poderão candidatar ao PO temático de valorização do território, projectos de saneamento de Municípios que estejam integrados em sistemas multimunicipais. Os outros não podem. Depois há alguma verba significativa no potencial humano, mas que do ponto de vista dos Municípios é para formação que é interessante mas que efectivamente não há necessidade de tanto dinheiro, e o outro não é



minimamente para os Municípios porque é para as actividades económicas. E depois há o PO regional.

O PO regional tem pouquíssimo dinheiro, e esse pouquíssimo dinheiro tem começado a ser distribuído, a ser disponibilizado para efeitos de candidaturas, sem nenhuma programação sistematizada. Isto é, nós neste momento não sabemos quando é que abrem as candidaturas, quando é que fecham, quais são as verbas disponíveis, quando é que volta a abrir, ou seja, há aqui dificuldades de acertar o passo e na minha opinião desnecessárias, tendo em conta que a experiência dos QCA's foi boa e era apenas manter e não criar um sistema completamente diferente, centralizadíssimo, ficando nos PO's regionais restos das verbas e que não vão dar rigorosamente para nada ou muito pouco.

Posto esta leitura global do QREN, eu queria só dizer como é que nós estamos, apesar destas dificuldades, organizados.

Estamos organizados com vários documentos estratégicos que temos. Na área da Educação com a Carta Educativa que foi aqui aprovada, e que é um instrumento precioso para fazer as candidaturas. De notar que não há nenhuma aprovação de apoios financeiros para equipamentos na área de Educação, para escolas, sem a respectiva Carta Educativa homologada, não são aprovadas as candidaturas. Felizmente no nosso caso esse problema não se põe, já fizemos candidaturas, temos três candidaturas aprovadas, e temos quatro candidaturas semi-aprovadas, em fase de aprovação final, na área da Educação.

Para os outros projectos temos o Plano Estratégico do Pinhal Litoral, que é um plano que abrange os Municípios do Pinhal Litoral, mas que tem dois tipos de projectos. Tem os projectos que irão ser apresentados em conjunto para efeitos de contratualização, isto é, o PO Centro prevê uma determinada verba que será entregue a essas Associações de Municípios organizadas por NUT III, e que depois será gerido por nós. Portanto, esse plano estratégico prevê esse conjunto de projectos que irão ser feitos em conjunto, estamos a falar na área do saneamento, sobretudo para investimentos de substituição, uma vez que o outro saneamento vai ao outro PO, estamos a falar em estradas que façam ligação entre Municípios, estamos a falar em equipamentos que sejam complementares de Município para Município, para não haver repetições. E depois, existem os chamados investimentos individuais, isto é, está previsto que cada um dos Municípios tenha projectos que possa candidatar individualmente, porque não são parte desta rede, não há



complementaridade, mas não deixam de ser importantes para cada uma dos Municípios. Complementarmente temos já apresentada uma candidatura, que é a candidatura de continuidade do Leiria Região Digital, e que foi candidatada no âmbito da AMLEI, porque faz todo o sentido uma vez que o projecto Leiria Região Digital, devo dizer concluído com êxito, é um projecto exemplar a nível nacional, está concluído, mas é importante que tenha continuidade e foi apresentada uma candidatura no âmbito da modernização administrativa no PO Centro. Ainda não foram feitas as selecções, mas temos toda a estratégia definida. Esse plano do Pinhal Litoral está praticamente afinado, e não foi ainda distribuído, é minha intenção distribuir também aos membros da Assembleia, porque foi preciso afinar a finalização mesmo do plano de acordo com as regras das candidaturas do QREN. Como só agora é que estão a ser divulgados os regulamentos para finalizar o plano, o plano identifica os projectos, mas depois para encaixar os projectos de acordo com os eixos e de acordo com o esquema do PO do QREN, têm que sair os regulamentos.

Quando isto estiver terminado e é a muito curto prazo, tipo uma semana, estará pronto o plano estratégico completo já com as grelhas de encaixe nos respectivos programas do QREN, será distribuído para poderem conhecer.

Agora a vossa pergunta será "é um plano ambicioso?"

Sem dúvida, mas as regras existentes no QREN, tendo em conta a centralização e as verbas significativas para projectos nacionais, não vão dar para nos podermos vir a candidatar a tudo aquilo que temos previsto. Embora no caso da Educação, haja alguma expectativa positiva, porque temos ouvido em vários contextos o senhor Primeiro-Ministro dizer que para fazer centros educativos não há-de faltar dinheiro no QREN. E portanto a nossa expectativa é que ele terá um sítio qualquer onde vá buscar dinheiro para reforçar as verbas para os centros educativos e, se assim for, pelo menos na área da Educação podemos ficar descansados. O mesmo não se passa nas outras áreas, claramente as verbas que existem não são suficientes e há sobretudo esta preocupação da indefinição do calendário da organização do próprio programa que ainda não está de forma alguma afinado.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, eu às vezes quando ouço o senhor deputado, desculpe-me a franqueza, fico com dúvidas se o senhor vive em Leiria, porque faz como que não vê. Uma delas, por exemplo, a Carta Arqueológica, depois o senhor vereador Vítor Lourenço dará a informação, está na Internet disponibilizada há muito tempo. Mas isto é apenas uma nota.



Museu! Diz que Leiria não tem um museu e depois enuncia uma série de museus. Ou seja, há uma estratégia que foi definida por nós, o senhor poderá concordar ou não, haverá aqui quem concorde ou quem não concorde, mas foi a nossa responsabilidade e definimos assim. O que faria sentido em Leiria era a existência de vários núcleos museológicos e não um grande museu, que cada vez mais está em desuso do ponto de vista da utilização do cidadão. E portanto, o que nós decidimos foi ter vários núcleos museológicos, e o que nós temos neste momento é o núcleo museológico Moinho de Papel, temos o núcleo museológico do Agro Museu, vamos ter, estamos em obra, o núcleo museológico do Museu da Imagem, temos o Lapedo como o senhor disse, e portanto temos vários pontos especializados e vários temas, que vão naturalmente responder às necessidades da totalidade das necessidades museológicas do Concelho. Foi a nossa ideia, foi a nossa estratégia, estamos a implementá-la e Leiria vai ficar com um conjunto de equipamentos na área dos museus como nenhuma cidade do País terá, a não ser os grandes centros. Nós temos realmente um conjunto de equipamentos e de infra-estruturas museológicas de grande qualidade. Sendo certo que referiu aí duas ou três coisas com as quais eu concordo, sem dúvida, e cuja responsabilidade não é nossa, nomeadamente a questão dos edifícios, falou da possível criação do Museu de Arte Sacra, que faz todo o sentido tendo em conta o espólio que a igreja tem, nós fizemos variadíssimas propostas para ele vir a ser instalado no ex-DRM, que é um edifício que não é nosso, é do Estado, é da Direcção Geral do Património do Estado, apresentámos um projecto concreto em parceria com a Diocese para podermos ali instalar, e até hoje não nos foi disponibilizado o edifício, apesar das nossas insistências, apesar dos nossos pedidos em tudo quanto é forum, e portanto, julgo eu que até já houve aqui nesta Assembleia uma tomada de posição relativamente a isso, e os equipamentos não nos são dados. O edifício de Santo Agostinho era um edifício também do Governo, que nos foi cedido há muito pouco tempo através de um protocolo, pelo Ministério da Cultura, estamos neste momento a preparar uma intervenção no sentido pelo menos exterior e pensar no interior para aí preparar um espaço para um Museu de Arqueologia. É isso que está pensado. Aliás, só uma nota que eu há bocado não referi, nós apresentámos já uma candidatura na área da valorização do território de intervenção urbana, para complementar algumas das coisas que o Polis não complementou, e metemos nessa candidatura exactamente o Museu de Santo



Agostinho, uma vez que agora já o podemos fazer porque temos um protocolo com o Estado que nos permite a sua utilização.

Além disso, acontece o mesmo com o edifício que não é nosso que é o Convento dos Capuchos, foram feitas várias insistências com o Estado para nos ceder gratuitamente, uma das propostas que apareceu foi vender-nos aquilo por valores perfeitamente inqualificáveis, e que nós contestámos como é evidente, porque não faz sentido nenhum o Estado estar a deixar degradar os seus edifícios e depois tentar fazer especulação com as Câmaras, vendendo aquilo a preços perfeitamente de mercado imobiliário. É esta a situação dos edifícios que aí referiu e que estão a degradar-se, o que não nos interessa a nós nem à cidade, e muito menos ao Estado. O Estado não está a gerir bem o seu património.

Portanto todas as ajudas que possam ser dadas no sentido de o Estado perceber isto são preciosas, sendo certo que nós já fizemos os impossíveis para que isso nos fosse cedido a um preço simbólico.

Relativamente à sua intervenção penso que seria importante depois o Dr. Vítor Lourenço dar algumas explicações de pormenor, sobretudo em relação às estações arqueológicas, e portanto ele depois no fim fazia a intervenção para eu não perder o ritmo.

Relativamente às intervenções do senhor deputado José Augusto Esteves, eu queria aqui só fazer uma nota.

Ficou combinado na anterior Assembleia, penso eu, eu estive lá até ao fim não fui daquelas pessoas que se foram embora a meio como dizia o senhor deputado Vitorino, e ouvi claramente que era importante que nesta Assembleia a Leirisport fizesse uma apresentação. E lembro-me de eu própria ter feito uma intervenção e dizer que naquele dia não havia condições, porque o senhor Presidente tinha que se ir embora, mas ficaria para uma próxima Assembleia. Portanto, não me parece nada de mais, podem dizer que, se se apresenta é porque se apresenta, se não apresenta é porque se estão a esconder, eu às vezes tenho dificuldade em entender. Pode não ser suficiente mas foi uma apresentação, com os dados que existem, com os elementos que existem. A mim parece-me que foi importante esta apresentação e a distribuição da documentação, se tiverem dúvidas podem voltar a ser discutidas numa próxima Assembleia, tantas quanto os senhores entenderem.

Relativamente à questão que colocou da imprensa e de actos de gestão recentes da Leirisport.



A Câmara fez a pergunta de imediato ao senhor Presidente do Conselho de Administração da Leirisport, fez-me já chegar um documento a esclarecer todas as dúvidas. Para mim e as dúvidas que eu tinha, eu considero-me completamente esclarecida relativamente às questões que lhe coloquei, os senhores vereadores do Partido Socialista apresentaram hoje mesmo um conjunto de dúvidas, 90% das dúvidas que eram apresentadas eram as minhas já tínhamos o esclarecimento, subsistiram uma ou duas questões, pedi novamente ao senhor Presidente do Conselho de Administração da Leirisport para fazer esse esclarecimento adicional, das tais duas ou três coisas que ficaram por esclarecer, entreguei esse esclarecimento adicional a todos os elementos da Câmara e entregarei o segundo documento quando me for apresentado, também aos elementos da Câmara. Eu fiquei completamente esclarecida, na minha opinião acho que foi um acto de gestão correcto por parte da Leirisport, algo que acontece em todas as empresas, é uma facilidade que a Leirisport tem por ser uma empresa municipal e que a Câmara não tem, na minha opinião infelizmente mas é assim, o objectivo é racionalizar custos socorrendo-se de todos os meios possíveis, dentro da legalidade. E na minha opinião, foi isso que aconteceu. Entendo, aceito e acho perfeitamente pertinente. A Comissão pelos vistos está para ser indicada hoje, que entre as várias incumbências de acompanhamento da Leirisport esclareça também este assunto directamente junto da Leirisport, vendo os documentos, analisando o que entender, tenho a certeza absoluta que a Leirisport mostrará tudo, como fez em relação à Câmara. Da parte que me toca considero-me esclarecida, os tais esclarecimentos adicionais foram pedidos hoje à Leirisport, espero na próxima reunião de Câmara distribuir o documento final que esclarecerá completamente o assunto, como para mim ficou já esclarecido.

Relativamente à fusão Águas do Mondego/Simlis, o que eu lhe posso dizer é que estive numa Assembleia-geral, foi-me apresentado um estudo preliminar, apenas e só um estudo preliminar, foi pedido por todos os accionistas que aquela apresentação fosse devidamente apresentada, sustentada do ponto de vista financeiro, do ponto de vista de vantagens, etc. Enquanto não tiver isso não tenho condições de levar o assunto à Cama nem de levar o assunto à Assembleia Municipal, estamos a falar em abstracto. Sendo que o abstracto é uma ideia de racionalização, apenas isso. Se se confirmar, se os dados que nos foram apresentados preliminarmente forem confirmados num estudo complementar, naturalmente que para mim se estiver



esclarecida levarei o assunto no momento certo à Câmara e virá a esta Assembleia porque naturalmente compete a esta Assembleia, como competiu em todas as outras situações, tomar decisões sobre isto.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta da Barreira, só a questão da informatização.

Evidentemente que eu estou absolutamente de acordo, inclusivamente posso-lhe dizer que em relação às contas as instruções que eu dei foi para que fossem distribuídos CD's e depois cada um imprimia o que lhe apetecesse. Aquilo que eu sei é que a reunião da tal Comissão tem conclusões tiradas, há aí um problema qualquer com a questão da adaptação ao Regimento, espero que se resolva rapidamente para ser apresentada uma proposta. Por mim, subscrevo totalmente e tem o meu apoio incondicional.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Pedro Biscaia, sobre o 25 de Abril.

Não está esquecido, mas entendemos duas coisas:

Primeiro que a presença deste último 25 de Abril era uma presença suficientemente importante para o deixarmos de fora. E eu devo-lhe dizer que neste momento, com a ideia que tenho da presença do ano que vem, não resisto a esperar do próximo 25 de Abril e imediatamente a seguir faz-se a publicação. Isto é, temos já toda a matéria compilada, está tudo preparado, mas no próximo ano a figura que eu estou a pensar trazer, que é importante também do ponto de vista de referência (não será do Bloco de Esquerda não, só se for para fazer o favor ali ao senhor deputado, não conheço nenhum de referência), mas trazer cá alguém e terminar com este ciclo, fazer-se a publicação para o ano, indo de encontro à sugestão que deixou o ano passado e que eu subscrevi na totalidade.

Penso que respondi a tudo senhor Presidente. Pedia ao senhor vereador Vítor Lourenço que desse a explicação mais em pormenor ao senhor deputado Vitorino Pereira.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Dou então a palavra ao senhor vereador Vítor Lourenço. Faça favor!

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

Boa noite.



Vítor Lourenço, Vereador.

Senhor Presidente e senhores deputados, eu julgo que a senhora Presidente já respondeu cabalmente às questões que foram colocadas no documento que eu li, e que para além de um pormenor apenas, dizer que nestes últimos dez anos julgo que se fez mais pelo património histórico e cultural de Leiria do que se fez no século XX todo, a partir de 1911, como aqui refere. Nós não estávamos cá para ser responsabilizados por isso, nessa data, mas em termos sobretudo daquilo que faltou, uma referência especial às questões do património arqueológico.

Na verdade, mercê das equipas técnicas que têm trabalhado no nosso território, nós temos neste momento identificado e valorizado através sobretudo do Lapedo e do Centro de Interpretação, que tem sido elogiado e visitado por estrangeiros e portugueses de todo o País (leirienses têm sido poucos a visitar o Centro do Lapedo). E portanto posso dizer-vos que na verdade essa riqueza patrimonial, do ponto de vista arqueológico, é ímpar no contexto nacional. Nós temos setenta estações paleolíticas identificadas a necessitar de estudo científico. Na verdade são estudos que podem durar muitos, muitos anos, muitos deles paulatinamente vão sendo feitos, desde as estações do paleolítico médio na Praia do Pedrógão (caso inédito em toda a Europa Ocidental, estações do paleolítico na areia da praia) até aos maciços mais interiores de calcários no nosso Concelho. Portanto, só referir que esse património tem sido valorizado, nós temos hoje uma equipa de seis técnicos relacionados com a área do Património e com a área da Arqueologia no Município de Leiria, e há dez anos havia zero!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor vereador.

Eu quero já fazer um aviso prévio. Nós temos duas horas no período de “antes da ordem do dia”, ou seja, o dobro daquilo que está no Regimento, na próxima reunião vamos ter que limitar o tempo das intervenções.

Senhores deputados nós temos gerido tenho que reconhecer, que nestas doze ou treze sessões da Assembleia a que esta Mesa tem presidido, temos sido muito liberais, mas há um limite para tudo porque nós temos matérias muito importantes para decidir daqui para a frente e vamos estar aqui até às tantas, prometo.

Temos então duas moções que foram entregues em tempo pelos apresentantes, e há uma terceira moção/proposta, que o senhor deputado José Esteves mencionou que apresentaria dependendo da resposta da senhora Presidente.



Eu vou ler rapidamente a primeira moção, que diz respeito à Região de Turismo Leiria Fátima:

“ A Assembleia Municipal de Leiria, na sua sessão de 29 de Abril de 2008, regozija-se por o Primeiro-Ministro José Sócrates, em conformidade com as mensagens que a sociedade civil, Associação Nacional das Regiões de Turismo, Associação Nacional de Municípios Portugueses, empresários ligados ao sector, Conselho Empresarial do Nerlei, políticos e forças vivas em geral, das mais variadas formas lhe fizeram chegar, e culminando com uma reunião com autarcas da região, na sua visita a Leiria em 24 de Março em que, apercebendo-se da lacuna de que a Proposta enviada a promulgação do Presidente da República enfermava, prometeu que a iria rever, vindo a concretizar três dias depois a alteração a essa proposta de decreto-lei, contemplando a actual RTLF como um Pólo de Desenvolvimento Turístico autónomo e específico, englobado em Região de Turismo de maior dimensão.”

Esta foi a moção apresentada, está posta à votação e pergunto quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com duas abstenções aprovar a presente mocão. Mais delibera remetê-la para as entidades nela constantes.

Eu apenas quero alertar para o seguinte, é que o senhor Primeiro-Ministro depois de entregar uma proposta para ser referendada pelo senhor Presidente da República não a pode retirar de lá. O senhor Presidente da República é que a envia e com isto não digo mais.

O senhor deputado José Esteves vai fazer uma declaração de voto. Faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Abstive-me não pelo facto de estar contra o pólo, lutei para que ele viesse, mas pelo simples facto de não poder deixar de expressar com esta posição, a nossa mais viva preocupação em relação à subalternização das autarquias e do seu papel nas novas culturas que estão vistas na nova lei-quadro, tal como em relação à atribuição de competências e ao modelo de financiamento que passa a depender exclusivamente da vontade subjectiva quer do Governo quer do Instituto do Turismo de Portugal.

Além disso, ainda há como toda a gente sabe, um Parlamento nacional que pode pedir a rectificação dos decretos, e para os quais podemos apelar e não ficar



dependentes dos senhor Presidente da República, no sentido de inviabilizar essa lei-quadro e até podermos fazer eventualmente alterações. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

A segunda moção que é longa, porque tem vários considerandos que eu não vou ler de novo, vou ler apenas aquilo que é verdadeiramente a moção que é:

“Neste sentido, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Abril de 2008 delibera, manifestar junto do Senhor Primeiro-Ministro, do senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do senhor Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas, uma posição de total desacordo quanto à implementação de portagens na Variante ao IC2, em virtude desta medida colidir frontalmente com os princípios subjacentes à sua construção, mantendo desta forma o trânsito, especialmente o pesado a passar junto ao Mosteiro, o qual continuará a causar-lhe os problemas dos quais padece.”

Se estiverem de acordo, a Mesa depois verificará isso, vamos fazer a votação da proposta e depois serão adicionadas apenas as referências ao IC36 e um considerando também em relação ao IC36.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente moção. Mais delibera remetê-la para as entidades nela constantes.

Em relação à primeira moção eu pedia ao senhor deputado Pedro Faria o favor de indicar as entidades a quem devemos fazer chegar.

Senhor deputado José Augusto Esteves peço-lhe então o favor de vir apresentar a sua moção.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

É só para recordar que fiz uma proposta oral, certamente que também conta, nomeadamente em relação à apreciação colectiva no âmbito da Comissão do documento de despacho do Ministério Público em relação à questão do gerador, e portanto trata-se apenas de uma reunião para apreciação e eventual tomada de posição, mas que agradecia que fosse tomada em linha de conta, para ser votada também.



A senhora Presidente pode ter sido esclarecida de tudo, esta Assembleia é que não foi, não há uma explicação acerca daquilo que se passou, não ouvi. E como não ouvi, e como nós reunimos de dois em dois meses, só tenho uma solução, é apresentar uma proposta, no sentido desta Assembleia tomar uma iniciativa que parece que a Câmara não vai tomar, pelo menos a maioria é assim que vai fazer. Vai dizer que está tudo esclarecido. Então é assim:

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado deixe-me apenas fazer um esclarecimento, pode influenciar a sua decisão ou não.

Há neste momento na Mesa, a constituição de uma Comissão de Avaliação da Actividade da Leirisport. O assunto que o senhor deputado está a referir está dentro do âmbito desta Comissão e portanto esta Comissão, da qual o senhor faz parte, pode naturalmente discutir esse assunto e fazer os pedidos que entender, porque é uma Comissão da Assembleia. Só estou a esclarecer isso, agora pode avançar.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhor Presidente, eu sei que existe isso e esse vai ser o caminho certamente, que vai permitir à maioria recusar esta proposta e continuar a ficar tudo em águas de bacalhau. Mas o que eu acho é que se devia fazer imediatamente o inquérito por iniciativa da Câmara, não é da Assembleia, a Assembleia não tem condições certamente para ir verificar um conjunto destas questões, e por isso mesmo eu vou manter esta posição e cada um assuma as suas responsabilidades.

Já agora agradecia, em relação a uma questão, porque parece que fui indelicado com o senhor deputado Cláudio de Jesus, mas agradeço porque não quis recorrer ao Regimento, que leia o Regimento em matéria que diz respeito à intervenção dos deputados municipais, que estão condicionados da sua liberdade de expressão, ou aos seus interesses particulares.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Oh senhor deputado, não foi para isso que pediu a palavra. O senhor pediu-me para fazer chegar ao senhor deputado Cláudio de Jesus o Regimento, para ele ler estas duas alíneas, e eu vou fazê-lo!



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente penso que era importante dizer alguma coisa antes do senhor deputado fazer a proposta. Depois pode com certeza fazê-la à vontade, se assim o entender.

Eu não sei o que é que o senhor imagina um inquérito, mas um inquérito é a Câmara pedir ou ir averiguar os factos que apareceram divulgados. A Câmara fez de imediato um pedido de informação à Leirisport, à qual ela juntou documentos relativamente ao assunto em questão. Da mesma maneira que eu lhe disse, que foi apresentado hoje mesmo um pedido de informação por parte dos vereadores do Partido Socialista, que eram coincidentes com aqueles que nós tínhamos pedido em 90%. Houve duas questões que não estavam respondidas, foram pedidas essas respostas, senhor deputado, isto não é um inquérito de averiguações? Eu faço-lhe chegar a si e a todos os membros desta Assembleia, as perguntas e as respostas da Leirisport, relativamente ao assunto em questão.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Não senhora Presidente, não é um inquérito. A senhora Presidente pode solicitar à administração da Leirisport da qual depende, depende de si, todas as informações necessárias, mas o que se propõe é um inquérito que tem que nomear alguém que avalie as condições que estão subjacentes ou pelo menos aquilo que está subjacente a toda a informação que se tornou pública. Não fui eu que inventei nada!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Oh senhor deputado mas eu tenho essas informações todas, tenho documentos comigo que me fundamentam os factos, portanto o senhor faça o que quiser, para mim estou esclarecida e faço chegar a todos os deputados o esclarecimento que me foi dado a mim.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

A senhora Presidente está esclarecida mas tem que admitir que nós não estamos em condições, eu pelo menos não estou, não conheço nada, e portanto...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor deputado repito, estou a dizer que lhe faculto tudo o que me foi dado a mim. O que é que o senhor quer? Mais transparência? O que é que estamos a esconder?



Tudo o que me foi dado a mim será entregue a todos os membros da Assembleia, tudo!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhora Presidente, a maioria desta Assembleia que suporta a Câmara tem condições para decidir em conformidade. Agora fica claro que esta Assembleia não deixa passar em claro esse acto, pelo menos da minha parte considero duvidoso.

Mocão

Considerando:

1. - *De duvidosa transparência a contratação de serviços a empresas de dois ex-funcionários da Leirisport e ser duvidosa a legalidade de tal acto;*
2. - *Que entre os dois ex-funcionários e o actual Presidente do Conselho de Administração eram sócios de uma empresa na área da informática;*
3. - *Que todo o processo se desenvolveu mantendo os referidos ex-funcionários uma relação de trabalho com a empresa municipal Leirisport;*
4. - *Que é necessário apurar as condições da contratação dos serviços, nomeadamente por um lado o ter havido acesso privilegiado a informação, e por outro a da legalidade da candidatura a tais serviços no quadro das relações de trabalho que os dois funcionários mantinham, e ainda se houve ou não favorecimento na concessão de serviço em causa.*

A Assembleia Municipal, reunida em 29 de Abril de 2008, decide propor à Câmara uma intervenção imediata, visando a abertura imediata de um inquérito dando resposta ao n.º 4 das considerações.

Poderá não estar num português muito claro mas percebe-se que há aqui três aspectos a que têm que ser dado resposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Esta moção está posta à votação!

Quem vota contra? Trinta votos contra.

Quem se abstém? Cinco abstenções.

Quem vota a favor? Dezoito a favor.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com trinta votos contra, cinco abstenções e dezoito voto a favor, rejeitar a presente moção.



Tenho a informação da constituição da Comissão de Avaliação da Actividade da Leirisport, composta pelos seguintes elementos: Do PSD o senhor deputado Joaquim Marque, do PS o senhor deputado Carlos Matias, do CDS/PP o senhor deputado Domingos Carvalho, do Bloco de Esquerda o senhor deputado Vitorino Pereira e do PCP o senhor deputado José Augusto Esteves.

Tenho neste momento três pedidos de declaração de voto, vamos ouvir.

O primeiro é do senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

Eu votei contra esta Comissão de inquérito porque acho absolutamente desnecessária, uma vez que estão disponíveis as informações na averiguação de todos os actos que estão em causa, e, depois de conhecido e avaliado pelos deputados eventualmente, se não se considerar suficientes, poderia ser então constituída essa Comissão de Inquérito. Mas como no meu entender, há matéria suficientemente esclarecedora sobre o assunto, acho completamente desnecessária a constituição dessa Comissão de Inquérito. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora o senhor deputado Cláudio de Jesus.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)

Cláudio de Jesus, PSD.

Em resposta ao senhor deputado José Augusto Esteves, muito rapidamente, eu para estar nesta Câmara, pedi um parecer jurídico e portanto eu não estou aqui em regime de incompatibilidade alguma. Nós não votámos nada sobre matérias que ponham em causa a minha actividade profissional, e portanto, porque se o fizéssemos eu obviamente sairia da sala e não as votaria. Eu estou aqui de direito e de facto e não me vai condicionar mais nenhuma vez.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado Cláudio e deputado José Esteves, este assunto tem que terminar aqui...



DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhor Presidente eu pedi a palavra para intervir em defesa da honra para dizer o seguinte:

“Não intervir em processos administrativos, actos ou contratos de Direito Público ou privado, nem participar na apresentação, discussão e votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção ou por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou que tenham interesses ou intervenções idênticas às qualidades do seu cônjuge, parentes ou afins em linha recta, até ao segundo grau da linha colateral, bem como de qualquer pessoa com que vivam em economia comum.”

O senhor tem que estar sujeito a este Regimento e a mais nenhum, e à Lei.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado João Cunha, para declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

João Cunha, PSD.

Obviamente que não podia votar favoravelmente a proposta do deputado José Augusto Esteves porque os considerandos que estão subjacentes à apresentação dessa proposta, falam no fim, de algumas qualificações, questões duvidosas, etc., que de todo eu não me encontro em condições de poder confirmar se serão assim ou não serão. Dado que também houve aqui a apresentação da possibilidade de se esclarecer todas as matérias em relação a esse assunto, considero perfeitamente desnecessária a dita Comissão antes da obtenção desses elementos para então posteriormente ser avaliado o que houver a avaliar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

As razões aduzidas pelo senhor deputado Carlos Poço, a circunstância do que li nos jornais, são o que me leva obviamente a ter votado de abstenção, na expectativa de que tenhamos elementos cabais para a clarificação desta situação. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora o senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Os pressupostos da declaração do senhor deputado João Cunha é que me levaram precisamente a votar a favor, por ter dúvidas. Além disso este assunto tomou uma dimensão, ao vir na imprensa com o relevo com que veio, que a bem do interesse público e a bem da Leirisport e das pessoas envolvidas devia precisamente haver um esclarecimento cabal sobre tudo o que se passou e não ser só a senhora Presidente e os senhores vereadores que o conhecem e terem ficado efectivamente satisfeitos. Nós não sabemos e o público muito menos, e portanto penso que vai pairar sempre uma suspeição sobre essas pessoas e sobre essa entidade, pelo que, eu votei a favor dessa Comissão.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Termina aqui o período de “Antes da Ordem do Dia”.

Havia um pedido de intervenção de um munícipe. É habitual fazê-lo antes do início da sessão, nós concordámos em fazer uma alteração a esse princípio, e penso que é uma intervenção relativamente curta, por isso vamos fazê-la agora, antes de iniciar o período da Ordem do Dia.

É o senhor Costa Alves. Está presente? Saiu? Se não está neste momento, terá que fazer a intervenção no fim da Ordem do Dia.

Antes de entráramos neste período e por sugestão da senhora Presidente da Câmara, vamos conceder um intervalo de cinco minutos e depois retomaremos de imediato os trabalhos com a Ordem do Dia.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

O senhor deputado José Augusto Esteves chamou-me a atenção para o facto de que ele tinha feito uma proposta oral e que tem o valor de moção e que deveria ter sido votada. Eu fiquei na dúvida inicialmente mas parece-me que para evitar problemas, a vou pôr à votação. Não há discussão, é mais rápido.



A questão dizia respeito ainda à Comissão da Assembleia, relacionada com o assunto do gerador, lembrem-se que a proposta dele é que a Comissão se reunisse mais uma vez, para decidir se a decisão do Tribunal era a adequada ou não, houve quem defendesse o princípio de que de facto a Comissão esgotou a sua missão e portanto está extinta, poderá não ser a opinião de todos, mas essa opinião naturalmente se traduzirá no voto que cada um fará a partir deste momento.

Senhor deputado Augusto Esteves, era isto não era? Esclareci bem? Sim senhor!

Vou então pôr à votação uma nova reunião da Comissão do Gerador.

Quem vota contra? Vinte e três votos contra.

Quem se abstém? Doze abstenções.

Quem vota a favor? Dois votos a favor

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com vinte e três votos contra, doze abstenções e dois votos a favor, rejeitar a proposta.

Há declarações de voto.

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

João Cunha, PSD.

Eu votei contra esta proposta do deputado José Augusto Esteves porque não estando ainda encerradas as instâncias judiciais que estão a analisar esta questão, parece-me completamente extemporâneo estar aqui a provocar nova reunião para análise de um processo que ainda não está encerrado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado Domingos Carvalho, faça favor!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Eu votei contra esta proposta porque não existe Comissão do Gerador. Portanto, não se pode pedir a reunião daquilo que não existe, logo, se o senhor deputado entendesse por bem, deveria ter proposto a esta Assembleia a criação de uma nova Comissão para fazer qualquer tipo de trabalho. Como não é isso que está em causa, não se pode reunir o que não existe. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Posto isto, passamos então à apreciação do primeiro ponto da ordem do dia.



ORDEM DO DIA

1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Dou a palavra à senhora Presidente da Câmara para alguns esclarecimentos.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Antes de começar propriamente dito neste ponto, eu há pouco tinha pedido para responder a uma intervenção do senhor deputado Sequeira, e vou ter que responder no início desta intervenção.

Foi dito na sua declaração de voto que não estava esclarecido sobre o assunto. Eu volto aqui a reafirmar, que demonstrei a total disponibilidade para esclarecer tudo o que tenho na minha posse. E portanto que fique claro que não há aqui qualquer intenção de esconder seja o que for, compreendo que não estejam esclarecidos porque não trouxe esses elementos para os distribuir, pela razão simples de que faltavam duas questões para esclarecer e que serão esclarecidas dentro dos próximos dias e depois distribuirei por todos aquilo que a Leirisport me fez chegar.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos não tenho nada a acrescentar senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhora Presidente, é talvez neste ponto que faz sentido chamar a atenção, tendo nós presente o relatório tão desenvolvido em relação a algumas matérias da actividade municipal, com um detalhe que até talvez nem fizesse sentido, era chamar-lhe a atenção que em relação a questões como por exemplo, a senhora está presente num conjunto de sítios mas não vi nada que estivesse presente nas assembleias que há bocado falámos, da Simlis e das Águas do Mondego. Era só para chamar a atenção que talvez fosse justo de hoje para a frente, que quer em relação à nossa participação na Simlis quer em relação aos SMAS, porque é um serviço



Municipal, que a informação deveria vir juntamente com esta informação. Vem de todos os departamentos mas sobre esta matéria nunca vem.

Para dizer também que em relação a um conjunto muito vasto de informações que são relevantes de facto e que eram importantes virem aqui, acabam por ficar diluídas numa informação um bocado burocrática, da actividade municipal, que são os próprios departamentos que a dão e não tanto as opções de política municipal, etc., e aonde estes aspectos, como por exemplo este, em geral, nunca aparece.

Era esta a questão que eu queria colocar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Mais alguém quer usar da palavra sobre este ponto?

Não havendo passamos ao ponto seguinte.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do relatório da Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e relatório financeiro.

2. RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE 2007 –
Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

Dava a palavra à senhora Presidente para uma explicação prévia sobre este assunto.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Só para fazer algumas considerações gerais a este ponto.

Tal e qual como disse há pouco, quando tive oportunidade de responder às questões que me foram colocadas pela senhora deputada Manuela Santos, relativamente ao QREN, a questão do não funcionamento do QREN em 2007 foi a razão principal da não realização superior do ponto de vista de orçamento. Nós incluímos inclusivamente, apenas para dar um exemplo, todas as obras da Educação que agora vieram a ser candidatáveis, porque havia grandes expectativas que ainda em 2007 elas pudessem vir a ser candidatáveis, e devo referir que quando uma obra é candidatável têm que estar inscritas, em termos práticos, todas as verbas previstas para essa mesma obra, para poder ser elaborada e sustentada a respectiva candidatura. E portanto isto aconteceu em 2007, vai acontecer em 2008 e é muito



difícil fazer orçamentos com regras que não estão definidas à partida e que nos são completamente alheias. Quer em relação sobretudo aos fundos comunitários, que são uma componente importante em termos de receitas, quer em relação às alterações de regras e de legislação avulsa que vai saindo, nomeadamente a nível da Lei das Finanças Locais e depois nos Orçamentos do Estado, e que nos provocam graves complicações de perspectivar o comportamento das receitas e naturalmente depois a sua realização financeira.

Dar mais duas ou três notas, dizer que o comportamento dos custos com pessoal foi, entendo eu, de uma grande eficácia, porque do ano de 2006 para 2007 houve apenas um aumento de 1% nos encargos com pessoal, o que revelou realmente um grande cuidado. Ou seja, isto nem sequer cobre o aumento percentual dos aumentos salariais. Significa que houve gente que saiu e que não houve entradas equivalentes, porque efectivamente a política de recursos é sobretudo em termos de Fornecimentos e Serviços Externos, porque entendemos nós que é, do ponto de vista de eficácia, muito mais correcto.

Dar também aqui uma nota, relativamente ao ano anterior: houve uma diminuição de 39% no endividamento líquido e de 6,5% no passivo, onde as dívidas a fornecedores representam 14%. A dívida a curto prazo em 2007 diminuiu 9,12% e encerramos o exercício com um Resultado Líquido de cerca de dez milhões de euros.

Dar nota ainda, do ponto de vista das Receitas, que houve um comportamento bastante razoável, entendo eu, sendo certo que o comportamento anormalmente bom do IMT, o novo imposto que substituiu a SISA, é um comportamento anormalmente positivo. A perspectiva é que no ano de 2008 isto não irá ocorrer, tratou-se de actualizações de transacções que foram feitas com declaração de transacções por valor muito mais baixo do que o real, e estas actualizações implicaram que tivéssemos tido um crescimento muito significativo mas que é claramente pontual.

De qualquer das maneiras, o que se percebe é que há aqui um comportamento das receitas indicativo no sentido positivo, à excepção da Derrama, que tem a ver com a conjuntura, e isto tem a ver com a reforma do sistema tributário, que foi aprovado aqui há uns anos e que começa finalmente a dar os seus frutos embora lentamente. Mas começa a consolidar a importância dos impostos, nomeadamente o IMI e o Imposto de Circulação Automóvel, para os Municípios, sendo que o IMT apesar de ter



um comportamento positivo não vai ser sistematizado de certeza absoluta. Era só senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Estão abertas as inscrições para intervenções neste ponto.

Tem a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

O Relatório de Contas e de Actividades em relação a 2007 confirma tudo o que aqui dissemos aquando da discussão e aprovação do plano de contas para o ano em causa.

Confirma-se o seu irrealismo e a falta de rigor. As receitas eram de facto fictícias, e os expedientes que permitem o martelamento habitual das receitas para as ajustar a despesas que antecipadamente se sabe que não serão realizadas.

Em relação às receitas, ficámos em quase metade do programado, em relação aos expedientes, andam sempre à volta dos terrenos que antecipadamente se sabia que não eram para vender e dos programas dos fundos comunitários que andam sempre atrasados na sua execução. É sempre a mesma desculpa!

As despesas confirmam as previsões antecipadas, baixíssima execução, particularmente nas despesas de capital que pesam cada vez menos na estrutura global da despesa, e desta vez apresentam um desvio que rondam os quase 60%. Mais uma vez a diminuir em relação também ao ano anterior.

Em contrapartida, a rubrica de Aquisição de Serviços teve um acréscimo de 34%. Os trabalhos especializados cresceram 86% face a 2006, e só os Serviços de Limpeza e Higiene cresceram 42% em relação a 2006.

Eu sei que não há crescimento de Despesas de Pessoal, mas é preciso explicar bem este crescimento de 86% de serviços e trabalhos especializados do Município. Porque há aqui qualquer coisa que é preocupante, e quem vê o quadro da estrutura da Despesa, verifica que de um ano para o outro, saltam despesas enormes quer em relação ao pagamento da higiene pública, nomeadamente à STL, há aqui coisas que precisam de ser muito bem explicadas. Eu não sei até se não precisavam de outra coisa. Se não precisavam de um particular apuramento da nossa parte Assembleia também, e de um debate no nosso seio acerca das opções em termos de organização municipal, para responder a estes serviços públicos. Porque por exemplo, a higiene



pública que é para STL, a despesa em 2006 era de 2,2, milhões de euros, o previsto para 2007 era 8,2 milhões de euros, e o executado 3,1 milhões de euros. Um salto deste tamanho de um ano para o outro? Há aqui qualquer coisa que eu não percebo, a menos que haja de facto atrasos no pagamento, são atrasos certamente no pagamento, mas isto exige da nossa parte alguma vigilância, porque o salto é um salto muito grande.

Em relação à Valorlis, em 2006 2,1 milhões, o previsto era 3,8 milhões, e duplicou na execução, 2,2 milhões. Pode a Câmara não estar preocupada em relação a esta matéria mas eu julgo que há aqui motivo de preocupação quando cada vez mais pesam estes serviços, não digo em relação a todos, e nem sempre o Concelho ou muitas partes do Concelho estão satisfeitas em relação a alguns destes serviços.

Depois, ainda assim julgo que, daquilo que apresentam, há aqui aspectos que são motivo também de preocupação e que mostram que o empolamento inaceitável do plano acabam por ter depois no final do ano, um grande desequilíbrio em termos da distribuição pelas funções respectivas do Município. Por exemplo, nós termos dito que embora do ponto de vista legal a gente hoje sabe que a derrama não está consignada a nenhuma função, mas nós temos votado a derrama com um objectivo, por exemplo a senhora Presidente dizia que precisávamos de dar resposta aos problemas da habitação, particularmente da Habitação Social, precisamos dar resposta e uma resposta melhor em relação ao saneamento básico, e não são os 80% que a senhora Presidente fala, de cobertura, mas sim 61% como está no relatório dos SMAS, embora em desenvolvimento estejam um conjunto de programas. Agora, quando nós chegamos ali e quando nós dizemos que o empolamento acaba por dar desequilíbrios muito grandes nas funções, são cheques em branco que não são justos. Nós por exemplo dizemos assim: em relação à habitação a Câmara, até no próprio relatório da senhora Presidente falava, que só na Freguesia de Marrazes eram precisas quarenta e cinco novas habitações para pessoas carenciadas, fora aquelas que estão em levantamento em todo o Concelho, e a derrama quando a votamos é com esse pressuposto também, nós gastamos dois mil contos. Não dá vontade de votar a derrama. E se formos falar em relação ao saneamento a quebra é de 30%, e quando formos ver os SMAS verificamos que há de facto ali, não sei se é uma crítica ao Município o relatório, provavelmente não é, mas diz-se que não se cumpriu ou se tem uma execução ainda mais baixa do que a do Município, cerca de 40%, exactamente porque não houve a transferência



municipal para o investimento. Agora, se fossemos ver por exemplo a Acção Social, que a senhora Presidente tanta vez diz que temos que dar mais atenção, e que são verbas que precisamos porque há graves casos de pobreza. Nós gastámos menos de $\frac{3}{4}$ daquilo que estava previsto e aquilo que foi o gasto de 2006, para não falar da Saúde que foi zero.

Provavelmente não precisávamos, estamos muito bem apetrechados em termos de serviços de saúde e de equipamentos de saúde, mas a verdade é que há aqui distorções muito grandes.

Em relação ao IMI, julgo que também precisamos de reflectir. O IMI está a crescer um milhão de euros por ano, eu juntei a contribuição autárquica com o IMI, e verifico que é sempre a subir, e acho que para o ano ainda vai continuar a subir. Eu julgo que nós temos que pensar em rever a taxa do IMI para também não estar sistematicamente a penalizar o contribuinte e os munícipes em relação a esta matéria. E há aí situações que podem até ser muito complicadas. A verdade é que, em relação ao IMI 2005 era 9,06 milhões de euros, em 2006 10,06 milhões de euros, em 2007 11,2 milhões de euros. Isto significa que há espaço e que se devia considerar em relação a esta questão.

Há um problema que também acho que devíamos reflectir, e que se calhar exige o acelerar, que foi aquilo que não aconteceu neste último ano, os projectos dos parques industriais e do desenvolvimento em relação ao desenvolvimento económico, que caiu brutalmente também o investimento nesta área, quando a gente vê por exemplo a tendência da derrama. Diga-se o que se disser, pode ser da conjuntura, a conjuntura não é boa, isto revela que de facto o País não vai bem, do ponto de vista económico, em 2004 arrecadámos 6, 2 milhões de euros, em 2005 4,9, em 2006 4,7, em 2007 4,04 milhões de euros. É sempre a cair, sempre a cair! Isto pode revelar problemas estruturais, nós precisamos pensar como dinamizar também o próprio Concelho em termos de desenvolvimento. Há aqui leituras que precisam de ser equacionadas.

Como já disse, de facto o relatório mostra que o plano que aprovámos não corresponde à realidade, é fictício, e portanto nós vamos votar contra. Mas há aqui um aspecto, que é este aspecto das despesas com a STL e com a Valorlis, que eu não sei se não propunha ou abrirmos um espaço numa ordem de trabalhos próxima, com por exemplo a Câmara a distribuir a evolução da despesa real, e também ver essa evolução para podermos eventualmente equacionar. Eu não sei se estamos



todos satisfeitos com este aumento, isto significa que por este andar não sei se o orçamento daqui a meia dúzia de anos chega para pagar a estas entidades. E quando houver aquela fusão das Águas do Mondego e da Simlis numa nova empresa, com a competência em relação às águas diminuída por parte da Câmara, não sei como é que vai ser.

A proposta concreta era que porventura, numa próxima Assembleia Municipal, ficasse espaço aberto, com informação antecipada em relação, pelo menos, às três empresas que dão apoio, nomeadamente a Simlis, a Valorlis e a STL, ver a evolução dos gastos destas três empresas e considerarmos fazer um debate à volta disso e em relação às tendências para futuro.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra, o senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras, meus Senhores!

Vou, numa sucinta análise, abordar as contas do exercício de 2007 utilizando a metodologia habitual nestas circunstâncias:

- Discriminar os agregados que constituem a receita e a despesa relevando as rubricas mais significativas;
- Evidenciar a evolução das mesmas por comparação com os exercícios anteriores, nomeadamente com o de 2006,
- Confrontar os saldos agora apurados com os valores que a seu tempo foram orçamentados para cumprimento das opções do plano para o exercício de 2007.

A receita total arrecadada pela Câmara em 2007 cresceu em relação ao exercício anterior cerca de 8,7 por cento, correspondentes a mais 4 872 milhares de euros.

As receitas correntes foram responsáveis por este desempenho, conseguindo compensar a diminuição das receitas de capital, que viram o seu saldo diminuir mais de 5 milhões de euros no período em análise.



A não contracção de empréstimos bancários justifica o decréscimo deste sector das receitas.

A evolução das receitas correntes deve-se primordialmente ao crescimento do montante dos impostos directos.

A arrecadação destes impostos em 2007 aumentou, em termos líquidos, 4 339 milhares de euros, correspondentes a um crescimento anual de 19 por cento, superando nessa mesma percentagem as previsões, neste caso pessimistas na óptica de quem recebe, do orçamento para o exercício que estamos a analisar.

Merece saliência o facto de este montante de impostos representar metade das receitas correntes.

O desempenho negativo da receita cobrada pela derrama, que pode ser um indicador sugestivo do estado da economia das empresas do concelho, evoluiu portanto no sentido inverso aos dos impostos cobrados aos munícipes.

Entretanto a receita total só cresceu 4,8 milhões de euros, 4,3 dos quais são da responsabilidade do já referido aumento dos impostos directos.

Em resumo, o crescimento dos impostos foi responsável por 44 por cento do aumento da receita corrente e quase 90 por cento do aumento da receita total.

No que respeita à despesa verificou-se um crescimento de 5 por cento devido a um aumento da mesma na ordem dos 3,1 milhões de euros, contribuindo para este facto o acréscimo das despesas correntes.

Várias rubricas destas contas justificam uma análise mais atenta.

As transferências totais para as freguesias que de 2005 para 2006 haviam passado de 5,6 milhões de euros para 4 milhões, voltaram a diminuir em 2007 embora em valor pouco significativo.

O relatório de gestão bem se esforça por tapar o sol com uma peneira afirmando: "verifica-se que as transferências têm vindo a diminuir, no entanto os montantes transferidos são bem reveladores de uma política de descentralização de competências...".

Se efectivamente houve essa política em anos anteriores, o desenvolvimento desta despesa ao longo dos últimos 3 anos, mostra uma clara inflexão dessa filosofia de descentralização.

As transferências para o SMAS que em 2006 tinham sido 45 por cento inferiores a 2005, entraram agora em queda livre já que os montantes transferidos em 2007 foram inferiores em 53 por cento aos de 2006.



Ou seja, em 2007 foram transferidos para os SMAS verbas que representam pouco mais de um terço do que havia acontecido há dois exercícios atrás.

Em 2006 a verba transferida representava 39 por cento da derrama arrecadada e em 2007 representa somente 30 por cento desse mesmo imposto, que ainda por cima foi de montante inferior como já ficou dito.

Justifica-se uma explicação para esta política em relação aos SMAS nomeadamente da sua compatibilização com a apregoada prioridade da Câmara em relação à prossecução da cobertura do concelho pelo sistema de saneamento básico.

As despesas com pessoal cresceram somente 1 por cento o que manifestamente não podia acontecer com o mesmo quadro do exercício anterior, na medida em que os aumentos salariais acordados e a dinâmica das carreiras exigiam um crescimento garantidamente maior.

O relatório de gestão diz que os fluxos de entrada só foram parcialmente compensados pelos de saída, portanto o quadro de pessoal cresceu.

Justifica-se a diminuição da despesa com pessoal provavelmente pela diferença de vencimentos dos que saíram em relação aos novos trabalhadores admitidos. Não vejo outra explicação.

É verdade que a despesa com pessoal tem crescido menos aceleradamente nos últimos anos, mas não se pode deixar de referir que a rubrica de aquisição de serviços cresceu este ano 34 por cento, representando já 30 por cento das despesas correntes.

Resumindo, menor crescimento nas despesas directas com pessoal e intenso recurso ao "outsourcing".

Os juros e encargos da dívida cresceram 43 por cento no exercício.

Nada que não se previsse. Aqui alertei no ano passado para que não se esperasse vida fácil para quem tem dívidas.

Esta circunstância veio agravar o serviço da dívida que tem vindo a mostrar uma preocupante subida: Em 2005 foram 5,9 milhões de euros, em 2006, 7,2 milhões e agora em 2007, mais de 8,3 milhões.

No exercício de 2007 os subsídios da Câmara para a Leirisport cresceram mais de 29 por cento atingindo um montante acima dos 4,3 milhões de euros.

Relembro aqui que para as freguesias, no mesmo período, foram transferidos 3,9 milhões de euros.



Nunca fiz, nem farei agora, qualquer juízo de valor sobre a existência da Leirisport nem da sua governação, enquanto não tiver dados concretos sobre as alternativas que têm sido aventadas para a gestão das instalações desportivas.

A oportuna proposta votada nesta Assembleia para apuramento desses dados deverá dar-nos esses esclarecimentos, que face aos factos vindos a lume na semana finda mais pertinentes se tornam.

Aqui e agora limito-me a deixar os números, referentes às despesas correntes, com aquela empresa municipal.

Da análise do balanço merece ainda referência a diminuição do passivo da Câmara que passou de 107 milhões para menos de 100 milhões, ficando-se este facto a dever ao decréscimo do saldo dos empréstimos a médio e longo prazo.

A poupança corrente também evoluiu favoravelmente passando de 5,2 para 11,7 milhões de euros, sendo o já referido crescimento dos impostos directos (especialmente do IMT e do IMI) responsável por quase 67 por cento desse comportamento da poupança.

Toda a alteração nestes agregados, quer seja no sentido de inverter a espiral de crescimento que se vinha a verificar, pelo menos há seis anos, no que respeita ao passivo quer no aumento da auto-suficiência financeira que a poupança corrente induz, merecem registo e são de saudar.

O mesmo não se pode dizer das dívidas a fornecedores que, embora menos aceleradamente, ainda cresceram em relação ao ano anterior e principalmente do prazo médio de pagamento de facturas que se dilatou e já ultrapassa os 280 dias.

Em termos de análise das contas propriamente ditas é o que parece mais relevante e que tudo indica estarão formalmente elaboradas dentro das normas legais.

Em termos de análise política das mesmas é inevitável que nos debrucemos um pouco sobre os desvios assumidos entre as previsões e aquilo que através destas contas se constata ter sido concretizado.

Tenho a convicção, e já a manifestei aqui noutras ocasiões, que quem elabora as previsões financeiras e económicas de uma organização, seja uma grande unidade industrial ou comercial, seja um órgão de administração pública, um banco, uma associação, um modesto clube ou até um simples condomínio, sente uma grande satisfação quando ao confrontar essas previsões com as contas, se verificam desvios dentro de parâmetros aceitáveis.



Empolarem-se sistematicamente os planos de actividades sabendo-se de antemão que o grau de probabilidade de consumação das receitas necessárias é praticamente nulo e que o resultado é cavar-se um abismo, com desvios chocantes, é uma atitude que me parece masoquista, inaceitável e que não entendo a quem aproveita.

Alguns de entre os senhores deputados que têm contribuído para a aprovação dos planos de actividades e respectivos orçamentos, vários muito habilitados academicamente e com provas dadas em termos de gestão profissional, poderia aqui, agora ou noutra altura, ajudar-me a perceber aquilo que ainda não entendi.

Para terminar aduzo mais alguns números que deixo à vossa consideração e que contribuem para compreender o voto dos deputados do Partido Socialista, contra estas contas do exercício de 2007.

- A receita total, embora crescendo como já ficou dito, quedou-se 43% abaixo do previsto, sendo as receitas de capital as principais responsáveis pela situação, pois ficaram 84 por cento aquém do orçamentado;

- A execução das opções do plano ficou-se pelos 53 pontos percentuais, com a educação, a cultura e o desporto a ultrapassarem os 50 por cento, os transportes a quedaram-se pelos 34 por cento, a administração geral e a acção social pelos 32 por cento e a habitação 2,2 por cento, pois previa investir meio milhão de euros e gastou 11 mil. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Pedro Faria

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Pedro Faria, PSD.

Compreende-se o drama da oposição, de no cumprimento da espinhosa missão, de ter que criticar negativamente as contas da Câmara, se ver compelida a deitar mão a figuras e números que de alguma forma possam ter eco na opinião pública, através da comunicação social.

Porém, esta insistência na estafada manha de desviar a atenção para a diferença entre o orçamentado e o concretizado, tanto do lado da receita como do da despesa, chamando até de mentira a proposta de orçamento, ultrapassa o que entendo ser razoável, pela demagogia e absurdo de que se reveste.



É verdade que há um enorme fosso entre o orçamentado e o efectivamente realizado, mas tal deve ser exclusivamente por imperativo das regras do POCAL a que estão obrigadas, a que as Câmaras ao candidatarem-se a fundos do QREN terem que contemplar nos seus orçamentos a inerente despesa na sua totalidade, mesmo que a obra se prolongue por mais de um ano, e naturalmente a contemplar a correspondente verba do lado das receitas.

É pois evidente, que se houver obras ou acções que se estendam por mais do que um ano do que o ano em questão ou, se as receitas se atrasarem, forçosamente haverá inevitáveis desvios entre o orçamentado e o realizável.

Ora o que acontece aqui, é que os atrasos no QREN são absolutamente escandalosos e injustificáveis. Vejamos:

O QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), que é um instrumento fundamental para preparar e adaptar o País às exigências da economia global, faz parte do ciclo da programação financeira da União Europeia para os anos 2007 a 2013, e vem substituir o Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), que vigorou de 2000 a 2006.

Pela importância óbvia que tem, este programa deveria ter entrado em vigor logo nos primeiros dias do período, isto é, no princípio de 2007. Mas a verdade é que o seu primeiro Regulamento só saiu a 20 de Novembro de 2007, praticamente depois com um ano de atraso, por escandalosa incompetência do Governo ou mais provavelmente, propositadamente para aliviar o Orçamento Geral do Estado, que como sabem, tem que contribuir com uma parcela destes valores comunitários.

Assim, o Governo hipotecou o desenvolvimento do País para poder fazer um brilharete com o défice orçamental, que ainda por cima é falacioso por não sustentado, pois foi obtido sobretudo pelo acréscimo da receita, com graves prejuízos para a competitividade da economia e das empresas portuguesas e não como deveria ser, pela redução da despesa que pelo contrário até aumentou.

Nestas condições, o desvio de que tanto fala o Partido Socialista, é inevitável e provocado pelas regras e desmandos do Governo deste mesmo partido, razão por que me insurjo ao utilizarem tal argumento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor deputado Paulo Pedro, Presidente da Junta do Coimbrão.



DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Já vem sendo habitual nos últimos anos subir a esta tribuna para reclamar a falta de obras na Freguesia do Coimbrão, este ano não podia deixar de ser, e no apanhado geral de todas as transferências efectuadas e de todas as obras efectuadas e pagas na Freguesia do Coimbrão, obtive o valor de 0,5% do total da despesa efectuada pela Câmara Municipal. O ano passado tinha sido 0.64%, portanto senhora Presidente estamos a descer. E eu, tenho esperança que o mandato acabe entretanto, porque se não qualquer dia a Freguesia tem que pagar para pertencer ao Concelho de Leiria.

Por esta razão se compreende porque é que existem alguns deputados desta Assembleia que efectivamente reclamam a favor da Freguesia do Coimbrão, já hoje aqui ouvimos falar nisso, e isto é mais do que suficiente para que tal aconteça. Efectivamente olhando para o relatório, apercebemo-nos e não quero falar de todas, de três grandes obras que a Freguesia precisa há muitos anos, algumas delas andamos a trabalhar nelas há dezanove anos, e portanto não conseguimos compreender porque é que não têm desenvolvimento. Uma delas, o Centro Educativo do Coimbrão, que é neste momento a obra que atrofia completamente a Freguesia, a senhora presidente sabe isso, não podemos ter posto médico sem ter o centro educativo novo, não podemos ter a Junta de Freguesia em condições porque não temos centro educativo, as crianças estão repartidas por várias salas, sem condições e a título provisório há vinte anos, nomeadamente a pré-primária do Coimbrão, está a título provisório há mais de vinte anos, e portanto nesta situação esta era uma obra prioritária. Era uma obra que também estava classificada na Carta Educativa como prioritária, no entanto, sei que já houve candidaturas e candidaturas aprovadas, aquilo que lhe queria perguntar senhora Presidente, era se essas candidaturas seguiram as prioridades previstas na Carta Educativa que foi aprovada nesta Assembleia.

Depois outra obra importantíssima, e que não tem tido desenvolvimento nenhum. Já foi apresentada à população várias vezes, nomeadamente a requalificação da marginal da Praia do Pedrógão, que já foi apresentada à população várias vezes, há vários anos atrás, e, até hoje não teve qualquer desenvolvimento. É uma obra que nos faz muita falta. Eu posso dizer que me senti envergonhado nos últimos dias de



calor, em que a praia foi visitada por muita gente e que não tem as condições das praias vizinhas, e por isso mesmo nós temos tentado fazer o que podemos, a tirar alguma areia da estrada, porque se não o trânsito já estava perfeitamente impedido, mas não é suficiente, aquela praia precisa de uma obra de intervenção na sua globalidade.

Outra obra que também já foi prometida muita vez, eu recorda-me que está a fazer um ano que numa visita à Freguesia do Coimbrão o senhor vereador e a senhora Presidente garantiram que era para iniciar, é a Estrada Atlântica. A Estrada Atlântica podemos dizer que já há Concelhos com Estrada Atlântica há mais de cinco anos, infelizmente ainda não começou, infelizmente não se sabe quando começa, e o senhor vereador vai-me dizer que foi por causa de uma reclamação de um empreiteiro, o facto é que a Câmara já leva vários meses, se calhar anos, para tratar essa questão, não há razão nenhuma para após um ano de estar adjudicada, ainda se ande com uma reclamação e tira-se de um empreiteiro e dá-se a outro empreiteiro, o que só vem complicar ainda mais. E portanto esta é outra obra que não vai ter desenvolvimento de certeza absoluta.

As únicas obras que tiveram pagamento durante o ano de 2007 são obras que já foram efectuadas há três ou quatro anos, portanto estamos entendidos relativamente a este assunto. Era só, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

João Cunha, PSD.

Este documento de prestação de contas que está aqui a ser apresentado foi aprovado na reunião de Câmara de 14 de Abril de 2008 tendo estado presente todo o elenco municipal. Os vereadores do Partido Socialista votaram contra e eu gostava de perguntar aos vereadores do Partido Socialista, não sei se estão aqui presentes, estão ali ao fundo? Realmente essa era uma questão que eu queria colocar também aos vereadores do Partido Socialista, é se vão sistematicamente continuar a estar no lugar do público em vez de estarem no lugar que lhes é destinado na Assembleia. Mas gostava de perguntar aos vereadores do Partido Socialista, se o voto contra é



uma apreciação técnica ou é uma apreciação política acerca da prestação de contas. Gostava de os ouvir sobre esta matéria. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado.

O senhor deputado António Sequeira tinha pedido para usar de novo a palavra, faça favor.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Eu só queria fazer aqui uma pequena chamada de atenção em relação à intervenção do senhor deputado Pedro Faria, e às justificações que ele deu pela não realização da receita, que são precisamente as razões que vêm no relatório de gestão. Eu tenho ouvido dizer sempre, pelo menos em termos futebolísticos, que o Porto é uma nação. E provavelmente porque o Porto é uma nação, estou convencido que lá não se devem ter aplicado as mesmas regras em relação ao QREN, porque a taxa de execução do orçamento no Porto foi a mais elevada de sempre, 95% no ano de 2007. Era só isso que eu queria dizer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado.

Tem a palavra agora a senhora Presidente para prestar os esclarecimentos.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu vou fazer alguns esclarecimentos relativamente às questões que foram colocadas. Relativamente às questões da higiene e de limpeza, pois naturalmente com todo o gosto nós forneceremos a esta Assembleia as despesas reais, porque tal e qual como dizia o deputado José Augusto Esteves, que até sabia, trata-se de valores acumulados e portanto os valores acumulados não correspondem efectivamente aos gastos reais. O aumento não tem sido significativo mas nós disponibilizaremos, conforme pediu e com todo o gosto, os gastos reais quer com a Valorlis quer com a STL quer com a Simlis. Aliás, os valores da Simlis até estão no relatório de 2007 dos SMAS e está perfeitamente esclarecido.

Dar-lhe nota também que a transferência da derrama para os SMAS situou-se neste valor não por qualquer tipo de desprezo para com os SMAS, ou de não nos interessar continuar, como é visível, a cobertura de saneamento básico do Concelho. Resta



dizer que, quando nós assumimos a responsabilidade do executivo, a taxa de cobertura do saneamento era de 33% e neste momento, como dizia o senhor deputado Sequeira e muito bem, com as obras em curso atinge este valor que aqui é apresentado, cerca de 76%, não é ainda todo ligado mas está em fase final praticamente a atingir os 76/77%.

Foram muito bem aproveitados os fundos comunitários do III QCA para efeitos de saneamento, a verba que nos tinha sido alocada em termos de CCR, PO Centro, foi praticamente toda investida em saneamento, daí o incremento que teve. Como é lógico, não fizemos mais transferência, porque não foi necessário aos SMAS para desenvolvimento dos seus trabalhos mais dinheiro, e eu explico porquê.

Os SMAS tiveram, e isso já foi aqui falado, o azar de três obras muito significativas do ponto de vista financeiro, terem parado por falência das empresas. E não foi possível abrir novo concurso para completar as obras sem todo o sistema burocrático, que ninguém faz ideia, salvo duas ou três pessoas aqui que sabem, que se demora um ano para encerrarem obras quando há falência. O sistema burocrático é perfeitamente inqualificável. Só depois disso é que se pode abrir novo concurso. E portanto os SMAS foram gravemente prejudicados por esta situação que nos é completamente alheia a nós e aos próprios Serviços Municipalizados. Nós estivemos a acompanhar as transferências sempre que eles precisavam, sendo certo que não precisaram de mais, e portanto não há aqui qualquer desprezo, não há aqui qualquer minimização do interesse da cobertura do saneamento básico, porque a Câmara tem a obrigação de alimentar os SMAS de acordo com as necessidades, e o ano de 2007 foi (aliás já estou a entrar na justificação do desvio dos SMAS) preocupante por causa deste problema que se instalou, decorrente da falência das empresas.

Outra nota importante.

O decréscimo da Derrama: eu não tenho dúvida nenhuma que tem a ver com a conjuntura. Nós estamos a acompanhar permanentemente o número de novos licenciamentos de empresas no Concelho de Leiria e não há decréscimo, continuamos a ser na Região Centro o Concelho com maior número de criação de licenciamentos industriais, o que é significativo. Portanto não há aqui um problema de fundo do ponto de vista estratégico, aliás a política dos parques industriais continua a desenvolver-se com o avanço do Parque Industrial de Monte Redondo, como é sabido, e que não tem repercussão directa nas contas da Câmara, porque está a ser executado através de uma empresa na qual a Câmara tem participação. Não há aqui



nenhum sintoma por enquanto. Evidentemente que há algum abrandamento face a anos anteriores mas há em todo o País. A conjuntura não é favorável nem a grandes lucros nem à criação de grandes empresas, mas continuamos a ser referência, do ponto de vista de criação de indústrias na Região Centro. Não consigo ter comparação mais abrangente mas é isto que tem acontecido.

Dizer que naturalmente os custos com pessoal têm tido esta evolução muito controlada, os serviços têm que ser prestados, com certeza que a alternativa é Fornecimentos e Serviços Externos. Não se podem fazer omeletas sem ovos, são opções estratégicas, provavelmente se estivessem outros a gerir diriam vamos fazer entrar gente, fazer crescer. É preciso notar-se que também a este nível e em termos comparativos com a população existente, somos das Câmaras do País com menor número de trabalhadores. O trabalhador é um custo fixo, contínuo e portanto a nossa opção tem sido esta: vamos recorrendo a serviços externos e por isso eles têm crescimento. Aí não tenho dúvida nenhuma.

Ainda uma nota relativamente às competências ou à descentralização de competências. Eu acho, senhor deputado Sequeira, que de todas as observações que fez, essa é a mais injusta. Foi evidente que no ano de 2007 houve um abrandamento. Foi dito aos senhores Presidentes de Junta que não íamos fazer delegação de competências para trabalhos específicos, mas continuámos sempre a mandar-lhes mensalmente uma verba complementar em relação à verba que eles recebem do Estado. E pode ter a certeza que não é vulgar, contam-se pelos dedos de uma mão e sobram, as Câmaras deste País que têm esta política, de mandar todos os meses, com os sacrifícios de Tesouraria que nós temos como é evidente, sobretudo no início do ano, conseguir disponibilizar verba para mandar para as Freguesias para elas poderem ter um mínimo de condições para poder gerir o seu território. É isto que acontece e não é vulgar. Na maior parte dos Municípios são eles que assumem estas responsabilidades. É evidente que, como se percebe no ponto seguinte da ordem de trabalhos, este ano já conseguimos criar condições para fazer algumas delegações de competências de trabalhos específicos com as Juntas de Freguesia, no sentido de voltar a retomar esta lógica de que eles fazem melhor do que nós. Agora conseguimos manter religiosamente todos os meses esta transferência de verba, que foi calculada de acordo com determinadas regras e que eu sei que para eles é fundamental para o seu dia-a-dia, para poderem fazer algumas coisas.



Portanto, a estratégia está definida, continuamos a apostar e continuamos a estar convictamente certos de que eles fazem melhor muitas coisas do que nós, sendo certo que, em situações conjunturais difíceis, nós temos que nos adaptar às regras e eles também, Juntas de Freguesia, não gostando como é evidente, mas compreendem que é assim mesmo.

Só dar uma nota que falou aí, das transferências para a Lerisport, porque houve uma componente muito importante deste valor que referiu e que teve a ver com a renovação que falou há pouco o Dr. José Benzinho, do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão. Teve um investimento significativo importante, e portanto também se vai fazendo alguma coisa no Pedrógão, não é directamente pela Câmara mas é Leirisport, que teve um investimento muito grande mas que era absolutamente necessário para que aquilo pudesse funcionar com condições boas, que julgo que neste momento tem.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Paulo Pedro, só dar-lhe nota do seguinte:

Relativamente ao Centro Educativo, seguimos as regras rigidamente da Carta Educativa em termos de definição de prioridades, o Centro Educativo do Coimbrão é uma delas, não foi ainda feita a candidatura por uma razão simples, todos os projectos antes de serem feitos têm que ser validados pelo Gabinete de Estudos do Ministério da Educação, só depois disso é que se podem candidatar. Portanto não chega, isto também na minha opinião é um absurdo, mas lá estamos nós mais uma vez nas regras do QREN, que esteja previsto na Carta Educativa, o que eu acho uma coisa perfeitamente incrível. Está previsto na Carta Educativa e depois tem que ser analisada e aprovada pelo Gabinete de Estudos do Ministério da Educação. Só depois de nos darem luz verde é que nós podemos fazer a candidatura. Mas está enviada e estamos à espera do parecer final para depois seguir no próximo lote de candidaturas, sendo certo que estas que já foram é porque já tinham o parecer favorável dos Gabinete de Estudos do Ministério da Educação.

Relativamente à marginal do Pedrógão está a ser preparado para entrar num conjunto de novas candidaturas que pensamos nós abrirão em Agosto/Setembro mas volto a dizer que é um pressuposto, porque não temos o calendário do QREN perfeitamente definido como deveria ser natural nesta altura.

Relativamente à Estrada Atlântica o senhor contou exactamente o que se passou, existe uma reclamação complicada e portanto havia duas hipóteses: ou nós



tentávamos salvar o concurso, com uma análise jurídica profunda, ou então deixávamos cair o concurso e abríamos novo concurso. O que o senhor ainda estaria era à espera, provavelmente mais um ano. Deriva do facto de ser uma reclamação complicada, não é uma reclamação simples, uma obra com algum volume financeiro e portanto não é uma obra qualquer, que se podia anular o concurso e depois abria-se outro a seguir. Não, é uma obra com peso financeiro e portanto demora o seu tempo do ponto de vista de trâmites formais. Aliás, para juntar a todas as dificuldades que existem do ponto de vista de realização, cada vez mais os processos burocráticos são mais complicados. O caso que eu agora aqui evidenciei em relação às falências de empresas, qualquer reclamação isto é, nós estamos numa situação de crise, o País está, as empresas estão ávidas de trabalho, estão atentas a qualquer coisa e portanto as reclamações chovem, porque querem ganhar obras, e qualquer reclamação complica para além dos prazos e dos atrasos que todos os projectos dos SMAS (os trabalhos, as obras, as empreitadas) têm sofrido em termos de visto do Tribunal de Contas. É uma coisa perfeitamente inqualificável. Muito pior curiosamente nos SMAS até do que nos projectos da Câmara, pedem justificação e pedem clarificação e a regra que nós temos dado é que não há início de trabalho sem o visto do Tribunal de Contas. Isto é cada vez mais complicado, cada vez mais difícil, o que nos limita do ponto de vista de perspectiva, fazer orçamentos com rigor. Por exemplo, imaginar um projecto ou uma empreitada com alguma dimensão ao fim de seis meses temos o visto do Tribunal de Contas. É mentira! Completamente mentira. Nos SMAS a média nos últimos tempos tem sido um ano, o processo todo, desde que abre o concurso até que chega ao fim. Além das reclamações pelo meio, depois vai para o Tribunal de Contas e pede esclarecimentos, enfim, é um conjunto de vicissitudes que nos preocupam cada vez mais, para além das preocupações que eu já referi, do Quadro de Referência Estratégica Nacional, e responder ao senhor deputado Sequeira, que eu sei que o Porto utilizou ainda muito dos fundos do terceiro QCA. Porque houve depois aqui um fenómeno interessante, ou seja, houve várias regiões em que os fundos do terceiro QCA não foram gastas, e à última da hora começa a haver sobras em vários sítios. Aliás, nós conseguimos com isso arranjar um financiamento para o MIMO, que não estava minimamente previsto, porque o PO da Cultura veio-nos alertar, e isto aconteceu em muitos sítios. E portanto, houve alguns Municípios e algumas regiões, por exemplo no Centro não



sobrou muito dinheiro mas houve no Norte grandes sobras e o Porto sei eu que aproveitou.

Portanto, há aqui um conjunto de situações difíceis de controlar ou impossíveis e que criam todas estas dificuldades do ponto de vista prático.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Penso que estão todos esclarecidos sobre o assunto, acho que é altura de pôr à votação o Relatório e Contas do Município de Leiria de 2007.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, apreciou e aprovou por maioria o Relatório e os documentos de Contas do Município de Leiria de 2007, que obtiveram trinta e três votos a favor, catorze votos contra e sete abstenções.

O senhor deputado Francisco Francisco vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite a todos.

Eu absteve-me porque como já falei há algum tempo, o Imobilizado em curso continua com um valor muito significativo e sabemos que além das explicações que foram dadas no relatório, se este valor foi introduzido haverá naturalmente amortizações que vão afectar e muito o resultado líquido. Além disso, a conta 411 “partes de capital” que está no Balanço, e ainda a conta 23.12, eu não consegui correspondência entre o valor aqui apresentado e os mapas anexos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Segue-se o ponto n.º 3. Senhora Presidente deseja dar alguns esclarecimentos?

3. RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA DE 2007- Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, julgo que houve aqui uma discussão que se cruzou, portanto não tenho muito mais a acrescentar. Só queria dar uma nota que me parece importante e que todos devem ter recebido.

Foi a primeira vez que as Contas foram certificadas por um Revisor Oficial de Contas, de acordo com a lei, sendo certo que para o ano, se entretanto sair a legislação complementar, todas as contas incluindo SMAS, todas as empresas municipais passam a ser auditadas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém se deseja pronunciar?

Faça favor senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente não vou debruçar-me muito sobre os desvios, eles já aqui foram falados, são bastante significativos, falou-se muito das tais três falências que já atravessaram pelo menos duas Assembleias, de qualquer forma faz sentido fazermos aqui algum balanço daquilo que é não só o conjunto dos mandatos da senhora Presidente, mas no fundo aquilo que tem sido os mandatos do PSD neste Concelho.

E a verdade é que não são estas três falências que podem justificar o enorme atraso que o nosso Concelho tem, em matéria de fornecimento de saneamento. Nós temos um Concelho que se aproxima muito mais de um País de Terceiro Mundo do que propriamente de um País europeu. Nós temos de facto Freguesias muito próximas do centro da cidade, com enormes dificuldades nesta área e com atrasos muito significativos, quer em relação àquilo que foram as promessas dos diferentes partidos, em diferentes actos eleitorais. E portanto eu acho que inclusivamente os Serviços Municipalizados mereceram de uma maneira geral o rigor das contas, dos planos e dos orçamentos em função daquilo que foi a sua concretização, houve sempre uma grande aproximação, serviu muitas vezes nesta Assembleia como exemplo em relação ao executivo, e, ultimamente isso não tem acontecido.

Há, como já foi dito, razões, mas que não justificam todo o atraso que o Concelho tem nesta matéria e portanto aqui a nossa chamada de atenção, o nosso repúdio e a



razão também do nosso voto contra a exemplo do que a vereação do Partido Socialista fez. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Mais alguém pretende usar da palavra? Faça favor.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Era só uma pergunta à senhora Presidente, que vem no desenvolvimento da conta de gerência dos SMAS.

Eu fui alertado hoje e constatei a passagem de vários camiões/cisterna para despejos provavelmente na ETAR norte. Não me recorda de isso estar completamente previsto quando foi feito o estudo daquela ETAR, e a pergunta é se isto já era habitual na ETAR eventualmente da Ponte das Mestras, se é uma situação para continuar e se isto estaria previsto efectivamente. Era só.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra a senhora Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Só queria responder ao deputado Luís Pinto, porque acho que também ele está um bocadinho fora do contexto destas questões do saneamento, porque se for saber qual é a média nacional da cobertura de saneamento básico nos Municípios, fica completamente fora daquilo que é a nossa realidade. E não é preciso ir muito longe. Basta ir a Concelhos, por acaso até do seu partido, para perceber que temos coberturas da ordem dos 30%. E nós estamos como eu disse, com obras em execução, prestes a ser finalizadas para serem ligadas porque têm as ETAR's feitas, à volta dos 77%. Eu acho que é um valor muito bom, tendo em conta a dificuldade que há, e volto a dizer o aproveitamento em termos financeiros do terceiro QCA foi muito substancial para efeitos de obras de saneamento. Não é possível fazer de outra forma, tem que ser recorrendo às várias oportunidades que surgem e portanto eu julgo que não sendo aquilo que nós gostaríamos, o ideal era estar a 100% como é evidente, mas que a evolução tem sido muito boa e com uma perspectiva que existe, vamos ver se as regras do QREN vão satisfazer as nossas expectativas, como digo o



saneamento não é candidatável aqui ao PO Centro, é só candidatável ao PO temático Valorização do Território, com esta condicionante que é uma coisa muito complicada em termos de regras do QREN, que só se pode candidatar quem estiver com o verticalizado ligado a um sistema multimunicipal, se não consegue, o que eu acho que é extremamente discriminatório, nós estamos à vontade porque até estamos ligados a um sistema multimunicipal, mas há Municípios que não estão e cujas regras os vão impedir de fazer candidaturas ao QREN, o que eu acho perfeitamente incrível.

Portanto, julgo que tem sido uma evolução muito grande em obras que são muito significativas do ponto de vista financeiro.

Uma nota final para a intervenção do senhor deputado Paulo Pedro, dizer-lhe que a ETAR de Ponte das Mestras já recebia isso e tanto quanto sei esta nova está preparada para isso também, mas como é uma assunto que nunca foi perguntado claramente, naturalmente que irei informar-me e depois dir-lhe-ei.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Vamos então pôr à votação este Relatório e documentos de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, de 2007.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, apreciou e aprovou por maioria, o Relatório e os documentos de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, de 2007, que obtiveram trinta e dois votos a favor, doze votos contra e sete abstenções.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

4. ENTRADAS LIVRES NO CASTELO E TORRE DE MENAGEM – ISENÇÃO DE TAXA DE ENTRADA EM DIAS COMEMORATIVOS RECTROACTIVA AO DIA 18 DE ABRIL (DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS) – Apreciação, discussão e votação;



Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar por unanimidade a proposta de isenção de taxa de entrada no Castelo e na Torre de Menagem em dias comemorativos, com efeitos retroactivos ao dia 18 de Abril do corrente ano.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

**5. ENTRADAS LIVRES NO CASTELO E TORRE DE MENAGEM –
ISENÇÃO DE TAXA DE ENTRADA EM DIAS COMEMORATIVOS –
Apreciação, discussão e votação;**

Alguém se deseja pronunciar?

Faça favor!

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

José Guedes, Junta de Freguesia da Boa Vista.

Eu queria apenas chamar a atenção para o rigor do conceito da proposta. É que dias comemorativos são todos os dias. Será que querem dizer dias feriados?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Peço desculpa mas a proposta especifica os dias, dias comemorativos: Dia Internacional dos Museus, etc...

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

Mas eu na ordem de trabalhos não tenho isso!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado Guedes, no conjunto a documentação que foi entregue na Junta, está um documento que diz ponto n.º 5 que se refere ao Dia Internacional dos Museus, às Jornadas Europeias do Património e ao Dia Nacional dos Castelos, nas respectivas datas que constam desse documento.



DEPUTADO JOSÉ GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

Eu relativamente a estas duas propostas nestes dias comemorativos vale a pena fazer uma reflexão sobre o que tem sido feito pela Câmara Municipal, pela promoção cultural deste monumento e sobre o panorama cultural do Concelho.

Se compararmos o número de visitantes do Castelo de Leiria com o Mosteiro da Batalha e com o Mosteiro de Alcobaça, chegamos à conclusão que algo de errado se passa. Enquanto que no Castelo de Leiria se registou apenas setenta e cinco mil visitantes num ano, já o Mosteiro da Batalha registou trezentos mil visitantes e no Mosteiro de Alcobaça duzentos e quarenta e cinco mil. À excepção da Torre de Menagem e do núcleo arqueológico, o Castelo nada mais tem para oferecer. Aqueles monumentos ao contrário do Castelo de Leiria estão não só bem apetrechados de outros equipamentos e mobiliário, como se respira dinamismo. Realizam-se conferências, seminários, cursos, encontros, debates, workshops, colóquios, congressos, palestras, visitas guiadas, e actividades pedagógicas e até programas de rádio.

No que diz respeito às entradas para estes monumentos, já há muitos anos que nos dias feriados e aos Domingos, as visitas são gratuitas. Os preços são mais acessíveis, tendo em conta a relação custo/qualidade, como se promove também o acesso às crianças até aos catorze anos com entradas grátis.

Tal situação demonstra uma total falta de capacidade de gestão, inovação e imaginação e de vontade de desenvolver a cultura no Concelho.

O investimento que a Câmara Municipal tem feito na Cultura é quase residual. De acordo com os últimos registos estatísticos, publicados em Setembro de 2007, a despesa total em actividades culturais por habitante, a Batalha gastou trinta e um euros e noventa cêntimos. A Marinha Grande quarenta e cinco euros e oitenta cêntimos, Pombal trinta e sete euros e cinquenta cêntimos, Porto Mós setenta e sete euros e sessenta cêntimos, Alcobaça quarenta euros e sessenta cêntimos, e Leiria quinze euros e sessenta cêntimos.

Mas não é tudo. À excepção da Câmara Municipal de Vagos, em toda a Região Centro, a Câmara Municipal de Leiria foi o Município que menos gastou nas actividades culturais, desde o baixo Vouga até ao médio Tejo. É que não basta apenas apresentar propostas de isenção de taxas para dinamizar o Castelo, terá que haver um programa e um plano estratégico, sustentabilidade e de promoção cultural do monumento em referência.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A senhora Presidente quer responder? Responde o senhor vereador Vítor Lourenço, faça favor.

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

Eu acho que ouvimos com muita atenção esta intervenção do senhor deputado José Guedes, eu julgo que deve haver algum equívoco na sua informação, porque na verdade desde que este executivo está em funções, nós investimos num espaço cultural de referência que é o Mercado Sant'Ana e o Teatro Miguel Franco, nós investimos no Teatro de Monte Real que tem todas as condições hoje, com certificação do IGAC, da Inspeção de Espectáculos, todas as condições quer de capacidade, quer de som quer de segurança para se realizar lá a dinamização de todo o espaço da Freguesia de Monte Real e vizinhas, nós investimos no Teatro José Lúcio, a renovação de um espaço cultural de referência em toda a região, não há outro com melhor qualidade de som e com tanta capacidade de espectadores, nós apoiámos a construção de sedes das instituições associativas do nosso Concelho, nós acabámos de inaugurar no dia 5 de Janeiro o Centro de Interpretação Ambiental e investimos muitas centenas de milhares de euros ou milhões, em investigação arqueológica no Concelho, só para lhe dizer um dado, a investigação e o estudo que foi feito, quando foram feitas as obras no Centro Histórico, o Município de Leiria gastou na altura cinquenta e cinco mil contos em Arqueologia, do seu orçamento, só nesse projecto, nós estamos a investir em equipamentos culturais de referência como é o Museu do Moinho de Papel, o Agro Museu da Ortigosa, o Museu da Imagem e Movimento, como a senhora Presidente disse há bocadinho, estamos a preparar o programa para intervenção no Museu de Arqueologia Santo Agostinho, nós temos um gabinete que trabalha essencialmente para a defesa e valorização do Centro Histórico, com uma equipa técnica de Património, não só de arquitectos mas uma equipa mista entre os quais temos técnicos de Património e de Arqueologia nesse gabinete. Temos neste momento em desenvolvimento, projectos na área da valorização do nosso património incluindo o Castelo que, quando nós chegámos há dez anos à Câmara Municipal, o Castelo era apenas o conjunto arquitectónico de referência, sem qualquer conteúdo no seu interior. Fizemos o núcleo museológico da Torre de Menagem, temos valorizado com exposições e outras actividades aquele



espaço, tendo à nossa responsabilidade toda a manutenção e gestão do espaço, sem qualquer apoio da tutela.

Eu não sei se os números que o senhor aí indicou se têm muitos anos, as estatísticas têm poucos. O que é verdade é que todo este conjunto de equipamentos culturais onde nós temos tido a preocupação de investir e para além de todo o programa cultural de animação, com programação permanente no Mercado de Sant'Ana, no Teatro Miguel Franco e no Teatro José Lúcio da Silva, com muitos novos públicos que têm participado nas actividades, não sei se o senhor deputado tem vindo aos espectáculos que o Município põe à disposição dos seus cidadãos, ou às exposições que fazemos, ou não sei, nós nessa área de Património, não sei aonde é que esses valores podem estar referenciados, haverá de certeza algum equívoco nessa informação, porque muito falta ainda fazer naturalmente, agora em tão pouco tempo não sei qual foi o Município da Região Centro e eu encontro-me muitas vezes com colegas vereadores de outros Municípios, que invejam a maneira como nós conseguimos ir buscar dinheiro dos fundos comunitários para fazer tudo isto, porque para todos eles nós tivemos apoios, estava a esquecer-me da aquisição do Banco de Portugal, um edifício de referência arquitectónica da cidade, a chamada Casa dos Pintores, outro edifício muito pequenino mas que é uma referência em termos de arquitectura do século XVI da cidade de Leiria, dos poucos que restam, que a Câmara adquiriu, que está a valorizar e que vai ficar lá instalado uma Oficina de Arqueologia do Centro Histórico.

Portanto são tudo intervenções na área do Património, na área da defesa da Cultura de Leiria e não sei aonde é que pode haver esses índices que aí indicou, quando ouço grande parte dos meus colegas com quem me encontro em reuniões, a invejar a quantidade de equipamentos que nós conseguimos fazer em tão pouco tempo e ter uma programação cultural algo de excelência e qualidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor vereador.

Senhor deputado faça favor.

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

Se o vereador Vítor Lourenço discorda destes números, tem um caminho, é entrar em contacto com o Instituto Nacional de Estatística e dizer que os números estão



errados. Tenho também o prazer de lhe dar o último número do boletim do Instituto Nacional de Estatística.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Se mais ninguém deseja usar da palavra, vamos passar à votação deste ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar por unanimidade a proposta de isenção de taxa de entrada no Castelo e na Torre de Menagem nos dias comemorativos constantes da proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

6. ALTERAÇÃO DO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES – Apreciação, discussão e votação

Alguma dúvida? Não há, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar por unanimidade a alteração ao objecto de protocolo da delegação de competências na Junta de Freguesia de Cortes.

7. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação;

Alguma dúvida?

Faça favor senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

Na reunião de consulta às Juntas para a elaboração do orçamento para este ano, a Câmara pediu aos Presidentes que indicassem apenas obras prioritárias de cada Freguesia.



No caso da Barreira não foi preciso fazer aquela declaração pois a senhora Presidente indicou como prioridade as estradas da Freguesia e estando nós de acordo com isso. Uma delas é a Estrada 543, que é a principal via da Freguesia, cujo projecto se encontra em apreciação pelos serviços camarários. A outra é a Estrada Municipal 1251, que não recebe uma intervenção digna há mais de trinta anos.

Foram ambas incluídas no orçamento para 2008, embora a senhora Presidente esclarecesse na Assembleia anterior, que a Estrada 543, não seria efectuado qualquer investimento este ano. Esperamos então ansiosamente pelo início das obras na Estrada 1251.

Quero referir também que nas opções do plano, atribuem à rubrica "Infra-estruturas viárias" cerca de dois milhões e duzentos mil euros, a distribuir pelas Freguesias, sendo o cabimento à Barreira de setenta e cinco mil euros para aquela estrada. Neste documento que vamos votar, a Câmara está a propor estabelecer protocolos de delegação de competências com apenas dezoito Freguesias, as quais poderão de imediato ou quando acharem oportuno, se é que não o fizeram já, iniciar as suas obras prioritárias.

Como estamos a tratar de obras prioritárias das Freguesias, gostaria de saber qual ou quais as razões que levaram a Câmara a estabelecer esta dualidade de critérios na atribuição da delegação de competências. Será que foi o tipo de obra? Todas elas se referem basicamente a requalificações de ruas. Será que foi o valor orçamentado? Há Freguesias contempladas que têm mais e menor valor. Porventura será a capacidade ou a incapacidade técnica das Juntas? E as obras que não foram objecto de delegação de competências? São realizadas pela Câmara? E já que são prioritárias, quando é que são iniciadas?

Independentemente das respostas que possam justificar este tratamento diferenciado com as Freguesias, o que desejamos sinceramente é que a obra seja iniciada e se assim se der resposta aos anseios dos utentes daquela estrada municipal, que há demasiado tempo se vêem prejudicados e limitados no seu uso. Independentemente também das respostas, irei votar favoravelmente a proposta que está na Mesa, em atitude solidária com as restantes Juntas, que foram contempladas com a delegação de competências. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A senhora Presidente vai responder? Faça favor.



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Dar efectivamente algumas explicações que o senhor Presidente da Junta conhece, porque quando se fizeram essas reuniões preparatórias foi dito para cada uma das representações das Juntas que definissem as suas prioridades e como o senhor diz e bem, no caso da Barreira houve uma coincidência total. Eu disse prioridade número um a estrada da Barreira. E é! Como o senhor sabe o projecto foi entregue há relativamente pouco tempo e está a ser analisado para se abrir o concurso. Não há dúvida nenhuma.

Relativamente aos critérios utilizados. Foi nessas mesmas reuniões dito por nós, que tinha a ver com as tais prioridades definidas. Se eram obras a fazer pela Câmara não eram obras para delegar competências e a delegação de competências para estradas tem muito a ver com a questão do saneamento básico. A nossa preocupação fundamental foi dotar através de delegação de competências fundamentalmente as Freguesias, onde já passou o saneamento básico e cujas estradas estão mal tratadas. Já estiveram suficientemente tempo à espera para poder agora receber o tratamento necessário por um lado, e por outro, uma outra Freguesia em que se prevê que o saneamento básico não seja de imediato e que ainda faz sentido investir, porque as estradas não vão ser esburacadas. Foram genericamente estes os critérios, decorrentes da conversa que houve naturalmente na preparação do Plano e do Orçamento. Isto não tem que haver uma regra que seja delegações de competências para todos porque por exemplo, Freguesias que tenham saneamento básico amanhã ou que está previsto ou que já está em curso, não faz qualquer tipo de sentido estar-lhe a dar delegação de competências para arruamentos que não faz sentido do ponto de vista de racionalidade serem gastos neste momento. Foram estas as regras.

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

Peço desculpa senhor Presidente, mas a resposta que eu pretendia no fundo era saber se é a Câmara que executa essa obra? A da estrada 1251, que está no orçamento contemplada. Este ano, como está no orçamento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Sim, é a Câmara que executa, este ano!



DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

Ok, muito obrigado

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Sendo assim, vamos passar à votação do ponto n.º 7, Protocolos de delegação de competências em Juntas de Freguesia

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar por unanimidade os protocolos de delegação de competências em Juntas de Freguesia constantes da proposta.

8. CORRECÇÃO AO TRAÇADO DA RUA D. ÁLVARO ABRANCHES DE NORONHA, RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 180/06, DE 6 DE SETEMBRO – Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, eu acho que era importante o senhor vereador Fernando Carvalho dar uma explicação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor vereador!

VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (FERNANDO CARVALHO)

Boa noite!

Fernando Carvalho, Vereador.

Bem, eu trazia ali uma projecção de duas ou três imagens desta intervenção, mas confesso que dado o adiantado da hora não tenho coragem de o fazer.

Como sabem a Sonae Sierra apresentou já há algum tempo um projecto de ampliação do Centro Comercial Continente, e o Município fez um conjunto de exigências, sobretudo a nível de melhoria em termos de acessibilidades, que se traduzem num conjunto de melhorias de vias já existentes e também na criação de novas. Eu faço uma descrição muito rápida enquanto não aparece a imagem.



Esta rotunda aqui em cima é a rotunda D. Dinis, onde surge um novo traçado, paralelo à via existente, que é a tal rua D. Abranches Noronha, depois ali naquela zona, já entre a ESTG e o Aki, onde existe aquela rotunda do lado de Parceiros, é criado um nó desnivelado que faz a desmultiplicação geométrica de todas aquelas acessibilidades, com ligação favorável à Freguesia de Parceiros, depois mais acima, naquela rotunda que actualmente existe, a rotunda do Continente, a rotunda vai ser ampliada e toda esta ligação entre a rotunda D. Dinis e a rotunda do Continente vai ser duplicada, serão duas mais duas vias e será construída uma nova rotunda ao fundo do Continente, naquela lateral entre o Continente e a ESTG para inflexão de todos os movimentos, além da melhoria da restante rede viária. Este percurso entre estas duas rotundas também será em mais duas vias.

Esta intervenção global, que está estimada em seis milhões de euros e que vai ser integralmente suportada pelos proprietários do empreendimento, a Sonae Sierra.

Voltando ao slide anterior, que é aquilo que está em causa, que é o ponto desta ordem de trabalhos, há aqui um primeiro troço, que vou aqui apresentar, é uma área que está em reserva ecológica e portanto nós não podemos facultar a autorização para avançar esta obra sem reconhecer a utilidade pública, uma vez que é uma das duas figuras possíveis para utilizar terrenos da REN. Uma é aquela que são as acções insusceptíveis de criar desequilíbrios, mas como esta é uma intervenção já com alguma dimensão, uma vez que a área que vai ser utilizada em solo de REN são cerca de oito mil metros quadrados, parece pequeno aqui na figura mas são cerca de oito mil metros quadrados, uma vez que todo o traçado e a plataforma é deslocado paralelamente à actual. E portanto, é aquilo que está aqui em causa hoje, é reconhecer o interesse público desta obra.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, eu não resisto comentar o ridículo que é uma obra destas, imprescindível sem qualquer margem para dúvidas, ter este processo todo burocrático. Tem que vir à Assembleia Municipal e tem que ir a despacho do Secretário de Estado para resolver isto. Era só uma nota.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado.

Mais alguém deseja intervir sobre o assunto?

Vamos passar à votação.



Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade, aprovar a Correção ao traçado da Rua D. Álvaro Abranches de Noronha e reconhecer de Interesse Público, de acordo com o Decreto-Lei n.º 180/06, de 6 de Setembro



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Antes de se levantarem, lembro que temos ainda uma intervenção do público, curta, penso eu, e relativamente à próxima sessão ela será em princípio no dia 27 de Junho, sexta-feira. Eu sei que esta é uma altura em que se comemoram os Santos Populares e que há muitas Freguesias que o festejam, mas não vejo aqui nenhuma colisão com este dia.

Então o elemento do público que vai intervir é o senhor Costa Alves, que vai falar sobre o Dia dos Combatentes. Faça favor.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

COSTA ALVES (MUNICÍPE)

Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara Municipal!

Eu chamo-me Costa Alves, fui combatente na província ultramarina de Angola, e há poucos dias recebi o nome de ex-combatentes que caíram no Ultramar em defesa das Pátria, e quero lembrar que no século passado, Portugal só entrou em duas guerras, a de catorze a dezoito e a de sessenta e um a sessenta e cinco.

Eu propus à Junta de Freguesia e tenho vindo a pedir a público ajuda e a ajuda da Câmara Municipal, para que se construa um memorial com o nome dos combatentes do nosso Concelho, que foram cinquenta e cinco, e pedi a vinte e duas Juntas de Freguesia (das quais onze já concordaram e há uma que ainda não decidiu, está em stand by, Carvide) a ajuda de cento e dezasseis euros.

Portanto, eu quis aproveitar esta Assembleia Municipal, para dar a cara em meu nome e em nome de outros ex-combatentes, porque gostaríamos de ver os nomes dos combatentes caídos pela Pátria num obelisco ou em duas placas que serão colocadas aonde a Câmara Municipal entender por bem. A única coisa que peço à



Câmara é que nos arranje uma base para suporte dessas placas que serão feitas em granito de Angola, com as letras em dourado e a urgência do meu pedido é porque gostaria de inaugurar essas placas no dia 10 de Junho e por isso mesmo conto com a disponibilidade dos senhores para ajudar a reunir os cento e dezasseis euros que são precisos. Gostaria também que um dos nomes desses combatentes fosse dado a uma das ruas de cada Freguesia. Portanto apelo à vossa boa vontade para que este meu desejo partilhado pelos outros meus colegas ex-combatentes, fosse satisfeito.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhor deputado deseja usar da palavra sobre este assunto? Faça favor.

DEPUTADO DANIEL CASALEIRO (Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)

Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros colegas, Comunicação Social.

Longe de mim pensar hoje em viria aqui a esta hora intervir, mas acontece que o senhor Costa Alves referiu que Carvide estava em stand by, e eu queria explicar a todos vós o porquê. Se calhar foi a primeira Freguesia que lhe disse que sim, só que entretanto a Liga dos Combatentes enviou-me um ofício a dizer que tem um monumento feito e que está a aguardar autorização da Câmara Municipal para o colocar. Eu queria solicitar à senhora Presidente que me desse alguma informação sobre isso, aliás, eu informei o senhor Costa Alves por ofício, que ficava em stand by porque não faria sentido se existisse já um monumento que estaria apenas dependente de autorização camarária para ser colocado, qual a razão de colocarmos uma segunda placa. Foi apenas isso.

Quanto às placas de toponímia com o nome dos militares falecidos no Ultramar, na minha Freguesia há três militares falecidos e dois deles já têm nome de rua há vinte anos. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor vereador vai responder? Com certeza!



VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

A Liga dos Combatentes tem um projecto de uma escultura alusiva ao combatente mas o que senhor Costa Alves está aqui a propor é um memorial, como existem em muitos sítios do nosso País e no estrangeiro, com o nome, só falta a Câmara escolher o local. O memorial não invalida o projecto da Liga, a Liga tem falado connosco sobre esse assunto e já falámos com o senhor Costa Alves e portanto uma coisa não invalida a outra, ambas são bem-vindas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Fica aqui feito o apelo!

Assim sendo dou por terminados os trabalhos, agradeço a presença de todos e até à próxima sessão.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.10 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 26 de Setembro de 2008, deliberou por maioria, duas abstenções, aprovar a acta.-

O Presidente da Assembleia

Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto